



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

JULIA HAYES VIEIRA

O Partido Verde na Arena Política Formal

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Brasília
2015

JULIA HAYES VIEIRA

O Partido Verde na Arena Política Formal

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Orientador: David Fleischer

Brasília
2015

O Partido Verde na Arena Política Formal

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília

PROFESSOR DAVID FLEISCHER
(Universidade de Brasília)

PROFESSOR CARLOS AUGUSTO MELLO MACHADO
(Universidade de Brasília)

BRASÍLIA
2015

Dedico este trabalho aos meus pais, Karen e Luís, que sempre me ensinaram o valor da aprendizagem.

Agradecimentos

Agradeço principalmente à minha família, especialmente aos meus pais, pelos incentivos e orientações dados neste trabalho e por todo o esforço, dedicação e inspiração para o meu sucesso acadêmico e profissional. Agradeço ao meu irmão, José Felipe, e minha cunhada, Fabi, por sempre me motivarem na busca de ser uma pessoa autônoma e autêntica. Agradeço ao meu namorado, Cristiano, e a sua família, Cristina, João e Bruno, que estiveram ao meu lado durante toda a minha graduação e sempre me apoiaram em todos os meus projetos de vida. Agradeço especialmente, minha madrinha, Soraia Karia, e minha amiga Ana que fizeram toda a revisão textual e de conteúdo deste trabalho. Também agradeço Ivete e Margaret que me fizeram companhia nas longas horas em que me dediquei a este trabalho e a todos os afazeres da UnB.

Agradeço a todos os professores da Universidade de Brasília com os quais tive aulas, e àqueles que mesmo não tendo a chance de fazer suas matérias, foram grande fonte de admiração e inspiração acadêmica. Agradeço ao Demodê, que me acolheu logo no meu primeiro semestre de graduação, e foi essencial na minha vida acadêmica por evidenciar a importância da produção científica e afinar meu interesse pela pesquisa. Agradeço também a Diretoria de Esporte, Arte e Cultura e à Atlética-UnB por mostrarem o quanto os alunos na nossa universidade são talentosos e capazes de fazer coisas grandes. Agradeço ao Observatório da Juventude, principalmente à Martita, pela oportunidade de descobrir uma realidade que eu desconhecia no Distrito Federal e de me mostrar na prática que as pessoas podem fazer melhor pela educação brasileira. Agradeço ao Projeto Politeia por todos os amigos que fiz e as experiências enriquecedoras.

Agradeço imensamente as instituições que me acolheram como estagiária ao longo da minha graduação e que, com certeza, foram essenciais para meu amadurecimento pessoal e intelectual. Em especial um sincero obrigado ao Professor Antônio Jorge Ramalho, ao Flávio Santana e à Mariana Meira, que foram muito mais do que chefes e colegas de trabalho, mas amigos que eu levarei para o resto da vida.

Por fim, agradeço imensamente ao meu orientado, Professor David Fleischer, que me cedeu longas e produtivas horas de seu tempo para me orientar nesta monografia e me aconselhar para planos futuros e ao parecerista deste trabalho, Professor Carlos Machado, por todos os ensinamentos ao longo da minha graduação.

Resumo

Este trabalho analisa tem por intuito verificar se houve uma perda de adesão ideológica do Partido Verde ao longo de sua atuação política formal. Partiu-se da hipótese de que o PV havia perdido sua ideologia partidária. Por meio da metodologia da análise de conteúdo, foram analisados todos os Projetos de Lei apresentados pelos parlamentares do PV. Chegou-se a conclusão que o Partido Verde manteve sua ideologia partidária.

Palavras-chave: Partido Verde, ideologia, ideologia verde, atuação política.

Abstract

This paper has the intention to verify if the Brazilian Green Party has lost its party ideology throughout its formal political activity. The initial hypothesis was that the Brazilian Green Party had in fact lost its party ideology. Using the methodology of content analysis, all the law projects presented by the Green Party members of Congress were analyzed. It came to the conclusion that the Brazilian Green Party maintained its original party ideology.

.

Keywords: Green Party, Brazilian Green Party, ideology, green ideology, political action

Sumário

Introdução	09
Origem do Partido Verde	12
Ideologia e Programa Partidário	21
Sistema Político Brasileiro	26
Metodologia	35
Análise	41
Conclusão	50
Bibliografia	52
Apêndice I	55
Apêndice II	59
Apêndice III	60
Apêndice IV	61
Apêndice V	62
Apêndice VI	63
Apêndice VII	64
Apêndice VIII	65

Introdução

O desenvolvimento dos debates ecológico e ambiental da década de 70 impulsionou a criação de diversos movimentos ambientais no Brasil, ao longo dos anos 80. Nesse contexto, em 1985, iniciou-se o debate sobre a criação de um Partido Verde que, a exemplo de seus pares europeus, representasse explicitamente a *ideologia verde* e impulsionasse o debate ecológico no Brasil (Raboczkay, 2004).

O Partido Verde (PV) foi então constituído em 1986 com o intuito de participar das eleições municipais do mesmo ano. Nessas eleições, o PV conseguiu eleger alguns vereadores e atrair diversos adeptos nos estados de Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e, principalmente, Rio de Janeiro. Em 1994, o PV conseguiu eleger seu primeiro Deputado Federal, Fernando Gabeira, do estado do Rio de Janeiro, que foi reeleito em 1998. A partir das eleições de 2002, o Partido Verde viu sua bancada na Câmara dos Deputados crescer a cada ano e passou a ganhar representatividade no Senado Federal, com nomes como Marina Silva e Paulo Davim.

Observou-se que ao longo de sua atuação no Congresso Nacional, até o ano de 2015, o Partido Verde obteve um total de 48 cadeiras na Câmara dos Deputados e cinco cadeiras no Senado Federal, com a representação de 33 nomes como Deputados Federais e seis nomes como Senadores, contando titulares e suplentes. Partindo da obtenção desse montante de diplomas, nota-se que o partido apresentou um total de 733 projetos de lei, entre Projetos de Lei da Câmara (PL) e Projetos de Lei do Senado (PLS).¹

Os resultados eleitorais obtidos pelo PV foram avaliados como um rápido progresso político para a sigla. No entanto, contrariamente ao esperado, muitos ecologistas e ambientalistas renomados tiveram uma interpretação cautelosa desse progresso. Similarmente aos seus pares europeus no final dos anos 90, esses atores

¹ Até abril de 2015.

temiam a perda da autenticidade ambientalista do PV em decorrência da rotina burocrática parlamentar (Raboczkay, 2004).

Existem pouquíssimas publicações científicas acerca do Partido Verde, que por sua vez são focadas prioritariamente na questão dos debates ecológicos e do desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, há uma carência de estudos sobre a real influência e atuação política do Partido Verde, principalmente no que tange sua atuação na esfera federal.

Tendo como base a constatação dos estudos de Viola (1987) e Raboczkay (2004), propõe-se fazer um estudo de análise de conteúdo de todos os PL e PLS de autoria dos parlamentares do partido no sentido de colher evidências que possam ajudar a reforçar ou refutar o temor da perda de autenticidade da pauta ecológica do PV.

Busca-se então responder à seguinte pergunta: o PV perdeu sua identidade ideológica original ao longo de sua atuação política no Parlamento?

Partimos da hipótese de que, ao longo do tempo, o Partido Verde perdeu sua identidade ideológica original na arena política.

A análise de conteúdo é um método que pode ser utilizado para estudar o conteúdo de documentos oficiais, discursos, regulamentos e leis, entre outros. No presente trabalho, o intuito para sua utilização será identificar a temática abordada em todos os projetos de lei apresentados pelos parlamentares do Partido Verde. A metodologia da análise de conteúdo se dá a partir de codificações, que são reuniões de palavras com significado semelhante. Serão estabelecidas categorias que revelarão os conteúdos abordados pelas proposições do PV. Por fim, serão analisadas as frequências de repetição de cada categoria pela análise estatística descritiva para verificar a aceitação ou refutação da hipótese inicial do estudo.²

² SAMPIERI et al, 2006.

A análise dos dados será recortada da seguinte maneira:

- I. Análise de todos os Projetos de Lei apresentados entre 1995 e abril de 2015, verificando a incidência das temáticas apresentadas.
- II. Evolução cronológica: analisar os dados ao longo do tempo, a partir de sua data de publicação e verificar a compatibilidade da temática dos Projetos de Lei apresentados com aquelas defendidas no programa do PV, por meio do conjunto de códigos.
- III. Recorte por autor: analisar os Projetos de Lei apresentados por cada parlamentar separadamente.
- IV. Recorte por estados: analisar os Projetos de Lei apresentados pelos parlamentares das bancadas estaduais.

Para responder a pergunta de pesquisa e verificar a hipótese, serão delimitados o conjunto dos códigos pelo estudo do programa do PV. As proposições do PV serão consultadas por meio dos portais da Câmara dos Deputados e Senado Federal. A análise de conteúdo será efetuada com o auxílio de *software QDA Miner* e as análises estatísticas descritivas serão efetuadas no programa *Windows-Excel*.

Origem do Partido Verde

A proposta de criação de uma sociologia ambiental nasceu na década de 70 com a crítica à sociologia clássica. Nesse contexto, Catton e Dunlap (1978) buscam fazer uma revisão da teoria de Durkheim, alegando que os aspectos sociais da contemporaneidade eram difíceis de serem compreendidos com a sociologia clássica, já que esta não leva em consideração aspectos do meio ambiente.

Para Catton e Dunlap (1978), o homem é um objeto central do estudo sociológico. No entanto, a análise sociológica deve levar em consideração a influência do substrato biofísico e a elevada quantidade de culturas que permeiam a humanidade.³

Alonso et al. (2007) destacam que no contexto brasileiro identidades ambientais que propunham a criação de leis e políticas em defesa do meio ambiente emergiram de quatro origens. O mais antigo e de perfil estritamente conservacionista foi a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN). A Fundação foi criada em 1958, no Rio de Janeiro e seus membros trabalhavam na burocracia estatal envolvida nas questões ambientais.

Já nos anos 70, emergiram a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), com perfil bastante similar ao FBCN, bem como o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (Mape), formado por artistas, jornalistas e escritores, e a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN) - composta por profissionais liberais e pequenos empresários. Alonso et al. (2007) identificam que os *frames*⁴ conservacionistas

³Não existe um consenso entre movimentos sociais e teóricos em como chamar as diversas correntes sociológicas e desenvolvimentistas que tratam de temas ecológicos e ambientais no mundo. Muitas vezes o mesmo termo pode designar práticas e compreensões distintas em diferentes lugares do mundo (Lisboa IN Petersen, 2009).

⁴ O palavra *frame* é considerada como mais adequada para designar as correntes que tratam de temas ecológicos e ambientais.

e sócio-ambientalistas passaram a ganhar preponderância durante a evolução histórica do movimento ambientalista brasileiro.⁵

Tratou-se, portanto, de um período no qual ocorre uma forte confluência entre “lutas ambientais” e “sociais”, que se manifestam, sobretudo, pela maior aproximação entre associações ambientalistas, sindicatos, ONGs “sociais” e grupos herdeiros dos movimentos populares da década de 1970, bem como pela incorporação de forma generalizada de debates e reivindicações ecológicas pelos setores empresariais (OLIVEIRA, 2007).

A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) foi fundada em 1958, e por muitos anos, foi a mais importante e influente ONG conservacionista do Brasil (FRANCO e DRUMMOND, 2009). Ao longo da atuação da FBCN, o discurso conservacionista ganhou um corpo conceitual mais bem definido, e se autoassumiu como conservacionista.

Diegues (2004) apresenta o Conservacionismo como uma corrente que atribui o uso racional dos recursos naturais de maneira a priorizar sua utilidade para o ser humano. O Conservacionismo apresenta a concepção de que o processo de manejo e conservação do meio ambiente visa torná-lo eficiente para a utilização do homem.

Foi com a gestão de José Cândido de Melo Carvalho, zoólogo e professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, entre 1966 e 1969, e mais tarde, entre 1978 e 1981, que a FBCN se organizou de uma maneira mais efetiva e ganhou mais dinamismo e maior capacidade de ação. Durante essas gestões, a estratégia da FBCN se estruturou na base da ocupação simultânea de espaços governamentais e não-governamentais, articulando

⁵ É importante destacar que a criação de diversas leis e instituições de proteção ao meio ambiente durante esse período teria sido resultado da influência internacional, como a Conferência de Estocolmo, e não necessariamente um movimento nascido dentro do país (Viola, 1997 IN Alonso e Costa, 2002).

referenciais internos e externos, atuando pela conservação da natureza nos âmbitos nacional e internacional (FRANCO e DRUMMOND, 2009).

Franco e Drummond (2009) destacam que, aos poucos, a FBCN foi perdendo a capacidade de liderança e coordenação que exercia em relação às demais ONGs ambientalistas. Os conservacionistas começaram a receber intensas críticas por não ostentarem uma preocupação social mais evidente e por não se enquadrarem em nenhuma das vertentes do pensamento socialista ou de esquerda. Portanto, são considerados “anacrônicos” e “pré-históricos”, por basearem as suas preocupações com a conservação da natureza em conhecimentos oriundos das ciências naturais, o que faria com que eles se preocupassem exclusivamente com animais e plantas.

A mudança vivida pela FBCN reflete a conjuntura dos movimentos ambientalistas brasileiros, em que se percebe uma transição de um conservacionismo puro ao socioambientalismo, incorporando questões econômicas, sociais e do estilo de vida moderno (ALONSO ET AL, 2007).

Em junho de 1971, um grupo de profissionais liberais, encabeçados pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger, funda em Porto Alegre a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan - (VIOLA, 1997). A criação da Agapan constituiu o principal marco dessa “nova era” do movimento ambientalista brasileiro. Diferenciando-se do pensamento “conservacionista” existente até então, a entidade criticava as características assumidas pela civilização urbano-industrial e tinha entre suas principais reivindicações o combate à poluição do ar e da água e ao uso indiscriminado de agrotóxicos, visando à difusão de uma “nova moral ecológica” (OLIVEIRA, 2007).

Durante o governo do Presidente Médici, a atuação da AGAPAN ficou limitada por conta da instauração da ordem repressiva (VIOLA, 1997). Esse cenário só teve

melhora a partir de 1974, quando sua atividade tornou-se mais visível na sociedade gaúcha.

Nessa mesma época, surge em São Paulo o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (Mape), formado por intelectuais que problematizavam questões de poluição urbana. Como seus ativistas não tinham atuação profissional diretamente ligada a instituições governamentais de proteção ambiental, o grupo atuava prioritariamente junto a sociedade civil. (ALONSO ET AL, 2007).

Viola (1997) identifica que, em 1978, o Mape começa a publicar regularmente a revista *Pensamento Ecológico*, que se transforma no primeiro meio de debate sistemático dos ecologistas brasileiros. O Mape propôs uma federação ambientalista nacional, articulando as várias pequenas associações ambientalistas. Assim surgiu a Assembleia Permanente de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo (Apedema), em 1983, visando manter o ativismo no plano da sociedade civil.

A Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), foi outro grupo que foi criado nesta mesma época. Seu surgimento se deu pela motivação de profissionais liberais e pequenos empresários em protestarem contra a construção do aeroporto de Guarulhos, obra governamental que impactava a área de residência de vários de seus ativistas. O protesto ganhou repercussão nacional em decorrência da ligação indireta dos membros da APPN com movimentos de esquerda e políticos do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (ALONSO ET AL, 2007).

A APPN ficou associada ao “modelo brasileiro de desenvolvimento”, que incorporava o discurso ambiental à crítica ao processo de industrialização em curso no país. Assim, o novo *frame* ficou associado ao chamado sócio-ambientalismo, que englobava problemas ambientais com causas políticas e econômicas (ALONSO ET AL, 2007).

O termo sócio-ambientalismo preconiza a relação de aliança estratégica entre movimentos ambientais, que salientam questões ecológicas, e movimentos sociais, que evidenciam os problemas de desigualdade e injustiça no seio da sociedade (SANTILLI, 2005 IN PETERSEN, 2009).

O ambientalismo se expande no Brasil, principalmente nos anos 1980, estimulados pela divulgação do Relatório *Brundtland*, pela escolha do Brasil para ser a sede da segunda conferência da ONU sobre Meio Ambiente (Rio 92). A crise da “Década Perdida” também contribuiu para a expansão do ambientalismo em decorrência do questionamento ao modelo de desenvolvimento predatório estimulado pelo governo militar, o aumento significativo nas áreas de queimadas na Amazônia e o assassinato de Chico Mendes, grande líder do movimento socioambiental dos seringueiros. Esses dois últimos foram episódios de grande repercussão no âmbito internacional, transformaram o governo brasileiro em “vilão ambiental” e serviram também para aumentar o poder e a influência dos grupos de pressão (BACCHIEGGA, 2012)

Alonso e Costa (2002) vão além e chegam à conclusão de que no Brasil pode-se dizer que a questão ambiental só passou a ser efetivamente relevante durante o processo de redemocratização, com o retorno ao país dos diversos exilados políticos que tiveram contato com os novos paradigmas sociológicos e ambientais.

De acordo com Alonso et al (2007), a Teoria do Processo Político indica que movimentos sociais emergem quando ocorrem mudanças de oportunidades políticas. Essas mudanças podem ser possibilitadas pelo aumento ao acesso de reivindicações da sociedade civil em instituições políticas e administrativas, pela redução da repressão à mobilização social, ou pelo surgimento de possíveis novos aliados.

Esses três aspectos puderam ser vistos quando do processo de redemocratização: diminuição da repressão sobre os movimentos sociais, os ativistas ambientalistas identificaram possíveis novos aliados em outros movimentos sociais e as instituições políticas e administrativas estavam passando por diversas reformas estruturais que permitiam uma maior influência por parte de grupos organizados da sociedade civil (ALONSO ET AL, 2007).

Com a redemocratização, emergiu uma nova realidade política que permitiu problematizar a ação coletiva dos movimentos ambientalistas entre se manter apenas na sociedade civil organizada ou criar um partido político próprio e ingressar na arena institucional.

Durante o período de redemocratização e da Constituinte, as organizações ambientalistas começaram a se articular com partidos políticos para apoiar as candidaturas de lideranças comprometidas com a causa ambiental.⁶ A FBCN e a Agapan optaram por manterem-se apenas na sociedade civil, mas a Mape já avançou na atuação política de fato.

Alonso et al (2007) apontam que a APPN investiu em aprofundar a articulação da rede de associações ambientalistas com o MDB. Todavia, o conflito interno em torno da partidarização da questão ambiental acabou por cindir a associação em pequenos grupos. A Oikos, uma dissidência da APPN, investiu na alternativa de lançar ou apoiar candidaturas dentro dos partidos de esquerda já organizados.

⁶ A elaboração de “listas verdes” na formulação de uma proposta de governo intitulada Proposta de Vida para Porto Alegre foi entregue para todos os candidatos às eleições municipais, assim como na eleição de dois “vereadores ecologistas” pelo PT, em 1988, que faziam parte da diretoria da Agapan e eram também do Núcleo de Ecologistas do PT (OLIVEIRA, 2007).

Grande parte dos integrantes do Mape optou por manter manifestações no âmbito da sociedade civil e lançar candidaturas avulsas de ativistas ou de simpatizantes do movimento ambientalista, sem vinculação com nenhum partido. No entanto, no Rio de Janeiro, uma fração do Mape e grupos menores do ABC paulista e de Santa Catarina - que compunham o Coletivo Verde - optaram por formar partido próprio, um Partido Verde brasileiro, como canal de representação política do movimento ambientalista. (ALONSO ET AL, 2007).

Sob a liderança do Coletivo Verde, em 1986, é criado oficialmente o Partido Verde, concentrando-se principalmente no Rio de Janeiro (ALONSO ET AL, 2007). O Partido Verde surgiu no cenário político baseado nas tendências ambientalistas em curso na Europa, tendo entre seus primeiros articuladores Fernando Gabeira, Lúcia Veríssimo, Alfredo Sirkis, Domingos Fernandes e José Luiz de França Penna.⁷

Até 1992, quando da realização da ECO-92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD), a FBCN ainda desempenhou um papel de liderança entre as ONGs ambientalistas brasileiras. No entanto, já enfrentava sérias dificuldades para manter a sua preponderância no cenário nacional. Um dos principais problemas da FBCN foi a falta de fundos para o financiamento de seus projetos. O surgimento de novas ONGs ambientalistas, embora vista de maneira positiva pelos integrantes da FBCN (pois tornava as reivindicações pela conservação da natureza mais visíveis e difíceis de serem ignoradas pelos governos) também gerava concorrência por recursos que já estavam escassos (FRANCO e DRUMMOND, 2009).

⁷ No momento da Constituinte, porém, o PV se viu limitado enquanto ator político, e as ações civis foram a via mais bem sucedida para defender os ideais ambientalistas junto as instituições políticas naquele momento (ALONSO ET AL, 2002).

Alonso et al (2007) destacam que a Rio +92, ocorrida no ano de 1992, foi essencial para convergir as diversidades entre ambientalistas e conservacionistas com os demais movimentos sociais no novo padrão de modernização do desenvolvimento sustentável. Com isso, criou-se um *frame* comum a todos que possibilitou a coalizão do movimento ambientalista brasileiro no cenário político.

Silva et al (2012) descrevem que o conceito de “ecodesenvolvimentismo” foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1975. Esse conceito abrange diversos postulados que idealizam um desenvolvimento guiado pela contemplação de ideais ambientalistas e interesses das populações dos países subdesenvolvidos. Destacam-se os princípios básicos da necessidade do uso adequado dos recursos naturais, por meio da mudança nos hábitos de consumo e processos produtivos tradicionais e predatórios.

Ao longo da década de 80, o ecodesenvolvimentismo começa a sofrer influências das novas teses de autorregulação do mercado. Essas teses passam a defender que os problemas de escassez – inclusive de recursos naturais - seriam automaticamente regulados pelos mercados, uma vez liberados da regulação governamental (SILVA ET AL., 2012).

Neste contexto, começa a ser difundida a expressão Desenvolvimento Sustentável (DS). O conceito de DS torna-se um novo paradigma, que propõe contemplar questões além da esfera estritamente econômica e da necessidade de conservação ambiental, aspectos de satisfação de necessidades humanas, equidade e justiça social (SILVA ET AL, 2012).

A criação do Partido Verde no Brasil foi, portanto, fruto da convergência de alguns grupos ambientalistas que tiveram por propósito inserir a temática de defesa ecológica e ambientalismo na arena política. Esses grupos foram o Mape, juntamente com

o Coletivo Verde e grupos menores de Santa Catarina e do ABC paulista. Se suas origens foram inicialmente nascentes de ideologias distintas, como o socioambientalismo e conservacionismo, a percepção desses grupos foi convergindo para o ecodesenvolvimentismo, hoje conhecido como desenvolvimento sustentável.

Ideologia e Programa partidário

A obra *Ideologia. Uma introdução*, de Terry Eagleton (1997) apresenta a dificuldade de se definir o conceito de ideologia. Essa dificuldade decorre do fato de “ideologia” apresentar uma multiplicidade de significados. Podemos extrair a enumeração utilizada pelo autor:

- “a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
 - b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
 - c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
 - d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
 - e) comunicação sistematicamente distorcida;
 - f) aquilo que confere certa posição a um sujeito;
 - g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
 - h) pensamento de identidade;
 - i) ilusão socialmente necessária;
 - j) a conjuntura de discurso e poder;
 - k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o mundo;
 - l) conjunto de crenças orientadas para a ação;
 - m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
 - n) oclusão semiótica;
 - o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
 - p) “o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.”
- (Eagleton, 1997, p.15-16)

A partir desses diversos significados identificados por Terry Eagleton para ideologia, percebe-se que adquirem muitas vezes sentido antagônicos. Outra característica dos significados de ideologia é que alguns recebem conotação negativa e outras neutras. Por último, alguns significados relacionam-se às percepções humanas sobre o mundo, outras não conferem esta conotação.

Para Raboczkay (2004), os partidos verdes seguem a chamada *ideologia verde*. Esta ideologia estaria atrelada a um hibridismo entre o pensamento ambientalista e ecologista dos movimentos sociais que posteriormente criaram os partidos verdes no mundo de maneira a adaptar esses conceitos a uma prática mais realista. Para descrever os conceitos de ambientalismo e ecologismo, Raboczkay se baseia nos conceitos de Andrew Dobson extraídos de sua obra *Green Political Thought* (2000).

Assim, para o autor, ambientalismo se traduziria como uma “abordagem administrante dos problemas ambientais com a convicção de que eles podem ser solucionados sem uma mudança fundamental dos valores ou dos padrões de produção e consumo” (DOBSON, 2000 *apud* RABOCZKAY, 2004, p.66). Por sua vez, o ecologismo seria traduzido como uma abordagem que “sustenta que uma existência plena e sustentável pressupõe radicais mudanças em nosso relacionamento com o mundo natural extra-humano” (DOBSON, 2000 *apud* RABOCZKAY, 2004, p.67).

A *ideologia verde* nasceria de uma percepção de que a perspectiva industrialista e materialista gerou diversos efeitos colaterais ao mundo natural - como a poluição, desmatamento, extinção, piora na qualidade do ar entre outros – que podem ser percebidos como impactantes na qualidade de vida dos seres humanos. Assim, a ideologia verde se apresenta como uma reação a este modo de produção e cultura, e busca uma alteração nas práticas de produção e reprodução cultural nas sociedades de modo a construir programas políticos amplos que preconizem o meio ambiente, os seres humanos e a justiça social. Essa ideologia, no Brasil, é traduzida pela perspectiva de desenvolvimento sustentável⁸, que por sua vez é o guia de ação do Partido Verde.

Em estudo sobre as escalas políticas de esquerda e direita, Francis Castels e Peter Mair (1984) ressaltam que a identificação da classificação ideológica de um partido é importante para a determinação da criação de suas políticas, do seu apoio eleitoral e da formação de bloco partidário.

A ideologia auxiliaria na compreensão do desenho de políticas, programas, projetos e propostas de normas que um partido pode produzir. Esses elementos comporiam a execução e tradução prática da ideologia seguida pelo partido. A

⁸ Saliento que desenvolvimento sustentável não é uma ideologia, mas uma visão ou perspectiva desenvolvimentista.

localização ideológica de um partido também propicia a identificação das bases de apoio político de um partido. Essa identificação se dá pela compreensão conjunta de mundo que determinado grupo identifica como real. Por fim, a identificação ideológica orienta a formação de blocos políticos de apoio, como coligações, coalizões, alianças partidárias e frentes políticas. Esse elemento, como será apresentado no capítulo seguinte, não se aplica necessariamente à realidade do Brasil, nem às práticas efetuadas pelos partidos.

Castles e Mair (1984) destacam que existe uma predominância de pesquisa política em partidos de esquerda por conta da facilidade de sua identificação ideológica no nome de seus partidos⁹. No caso do Partido Verde brasileiro, essa facilidade de identificação ideológica pode ser considerada relativamente evidente se levada em consideração o nome do partido.

No entanto, como destacado por Rabockzkay (2004), a identificação do Partido Verde no espectro esquerda-direita não apresenta a mesma evidência. Mesmo que muitos dos partidários do PV sejam oriundos de partidos de esquerda ou influenciados pelos ideais de esquerda, eles buscaram no PV a criação de uma nova prática partidária e de execução política.

Diante do exposto anteriormente, será utilizado o programa do Partido Verde como guia prático da sua identificação ideológica. Assim, a avaliação da perda ou continuidade da *ideologia verde* nas práticas do PV será executada por meio da comparação entre seus projetos de lei com o seu programa partidário.

O programa partidário do PV está disponível em seu sitio *web* e é composto por onze diretrizes, mais sua diretriz básica de princípios que guiam o partido. O Partido

⁹ Isso seria similar em partidos Democratas Cristãos, no entanto, em partidos de centro e direita, essa identificação não é tão evidente, ainda mais levando em consideração as diferenças de um país para outro (Castels & Mair, 1984).

Verde é guiado pelo pensamento de que sua existência é pautada como instrumento de perpetuação e avanço da ecologia política no Brasil e no mundo. Os verdes do mundo buscam uma estratégia conjunta e uma ação coordenada pela diminuição da violência no mundo, pelo desenvolvimento sustentável, pelo respeito às liberdades democráticas, diminuição das desigualdades sociais e econômicas e defesa dos direitos humanos.

As demais onze diretrizes do PV são enumeradas em:

1. *Economia Verde Para Uma Vida Melhor*, que relaciona os problemas ambientais aos problemas sociais, como as consequências da devastação ambiental, da miséria, do desperdício, do desemprego; e busca promover soluções como salário mínimo, motivações para pequenas empresas, entre outros.
2. *Educação para a Cidadania e o Ecodesenvolvimento*, que propõe ações de estímulo à educação, amparo de jovens em situação de vulnerabilidade, além de programas específicos para menores infratores.
3. *Cultura e Comunicação*, que propõe fomento a atividades culturais e artísticas, flexibilização para concessões de rádio e televisão e combate ao racismo, preconceito e intolerância.
4. *Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades*, que pretende criar políticas ecológicas para espaços urbanos, promoção de novas formas mais eficiente de transporte e incentivo a projetos de arborização e jardins.
5. *Saúde*, que visa uma mudança das práticas medicinais para prevenção, terapias alternativas e fomento do sistema gratuito de saúde.
6. *Reprodução Humana e Cidadania Feminina*, que preconiza políticas para mulheres, como métodos contraceptivos e possibilidade de

interrupção da gravidez, prevenção da violência doméstica e incentivo ao planejamento familiar.

7. *Justiça e Segurança*, que apresenta um programa específico de descriminalização do uso de drogas, políticas de desarmamento e reformulação das práticas carcerárias.
8. *Defesa Nacional*, que adiciona a defesa do meio ambiente às competências das Forças Armadas, defende a modernização de seus recursos materiais e bélicos para proteção das fronteiras e elimina o serviço militar obrigatório.
9. *Energia*, que incentiva a pesquisa em fontes de energia limpa e renováveis, defende a eliminação gradual de fontes de energia fósseis e o fechamento das usinas nucleares de Angra dos Reis.
10. *Política Nacional de Meio Ambiente e Grandes Ecossistemas*, que expõe como prioridade os acordos da Conferência Rio 92 para a proteção ambiental e diminuição da poluição, preconiza práticas de produção extrativista e de pequena agricultura e desencoraja o uso de transgênicos e defensores agrícolas.
11. *Política Externa Planetária*, que defende a mediação da ONU nos conflitos externos, encoraja políticas que visem a paz no planeta e o combate a xenofobia.

Esses elementos serão utilizados como a base ideológica do Partido Verde. Os projetos de lei apresentados pelos parlamentares do partido serão analisados à luz desses princípios e ideais.

Sistema Político Brasileiro

Katz e Mair (1995) defendem que política é essencialmente um espaço de disputa, embate e colaboração de grupos sociais. Os partidos políticos são o meio pelos quais esses grupos se organizam, fazem demandas ao aparato estatal e eventualmente tomam o controle do Estado. O interesse de cada grupo/partido está vinculado ao programa apresentado por cada um deles. A legitimidade de um partido está relacionada à sua capacidade de mobilizar e viabilizar a participação e contribuição de seus membros na formulação de seu programa partidário. Os autores distinguem três tipos de partidos: partidos de massa, partidos “*catch-all*” e partidos cartel.

Partidos de massa emanariam de grupos da sociedade civil que desejam ter acesso ao estado para implementar políticas públicas de interesse social a longo prazo. Partidos “*catch all*” caracterizando-se por intermediarem relações entre sociedade civil e Estado e buscam controlar a formulação de políticas públicas para atenderem necessidades de curto prazo. Por último, partidos cartel caracterizam-se por incorporarem o Estado, formando uma espécie de agência do próprio Estado.

Diante da classificação criada por Katz e Mair, podemos identificar o Partido Verde como apresentando uma estrutura de apoio e intensão para ação enquanto um partido de massa. Isso decorreria do fato de o PV ter sido originado da reorganização de ação de certos movimentos sociais progressistas e apresentar um claro projeto de reforma estrutural da concepção de desenvolvimento econômico e social vigente. Neste último ponto, mais do que um projeto de longo prazo, o PV prega um projeto de mudança para o mundo/planeta Terra, como um todo.

A inserção do Partido Verde nas instituições políticas e eleitorais brasileiras faz com que ele apresente diversas características e projeções distintas de outros partidos. Raboczkay (2004) ressalta o fato de os partidos verdes serem uma entidade política que

foi originada de movimentos sociais, o que faz com que o partido apresente uma tendência e uma busca por consolidar uma organização interna mais horizontal - menos hierárquica - e participante - buscando evitar a ocorrência de profissionalização nas funções do partido, mas também não criando um ambiente passivo

O sistema representativo brasileiro apresenta características bastante peculiares. O presidencialismo de coalizão, o sistema federativo de organização e a legislação eleitoral baseada em dois modelos (o majoritário e o proporcional de lista aberta) geram as bases de um sistema descentralizado e fragmentado em diversas esferas e atores. No entanto, a junção desses diversos fatores gera um sistema complexo que, entre outras diversas consequências, acaba suscitando uma baixa compreensão (NICOLAU, 2015) e um reduzido controle por parte do eleitorado aos seus representantes (NICOLAU, 2002).

Esses elementos propiciam muitas vezes a descrença popular da sociedade brasileira para com seu sistema político e partidário. No entanto, também geram motivação para que partidos pequenos e oriundos de grupos ou identidades específicas sejam criados. Entre estas, partidos verdes que buscam criar práticas políticas mais democráticas, responsivas ao eleitorado e defensora de uma alteração estrutural das práticas de produção e acultramento (LAWSON; MERKL, 1988).

No caso brasileiro, o sistema eleitoral é composto por pleitos majoritários e proporcionais. Os pleitos majoritários são utilizados para eleição dos cargos do executivo e para eleição de senadores. Já os pleitos proporcionais são utilizados para os cargos legislativos.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a trajetória eleitoral do Partido Verde, desde sua fundação. Deve-se ressaltar que os dados apresentados apenas representam a quantidade de cargos eleitos, desconsiderando suplentes e representantes que mudaram de partido.

Tabela 1 Evolução dos Cargos Eletivos do Partido Verde

Cargos	1996	2000	2004	2008	2012
Vereador	211	315	773	1.237	1.583
Prefeito	13	13	55	76	101

Cargos	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Deputado Estadual	3	4	11	34	37	26
Deputado Federal	1	1	5	13	14	8
Governador	-	-	-	-	-	-
Senador	-	-	-	-	-	3

Fonte: Turtelli, 2011 e TSE

A partir da Tabela 1, percebe-se que o Partido Verde obteve uma progressão eleitoral positiva até as eleições de 2014, quando, nas eleições federais, o número de Deputados Estaduais/Distritais e Deputados Federais decresceu pela primeira vez na história, desde 1994. Decrescimento este talvez relacionado à saída de Marina Silva e outros parlamentares importantes ao PSB ou, também, relacionado às escolhas de partidos para firmar coligações. Porém, nestas eleições o PV conseguiu eleger pela primeira vez três Senadores. Nas eleições municipais até 2012, seu desempenho manteve uma ascensão contínua. Dependendo do resultado das eleições municipais de 2016, pode-se indagar a possibilidade de correlação entre o desempenho do partido em eleições municipais e eleições federais.

Em pleitos nacionais e municipais, as eleições para cargos do executivo e legislativo são coincidentes, o que na visão de Jairo Nicolau (2006) pode criar uma “falsa impressão” em parcela expressiva da população de que todos os cargos legislativos são eleitos por regras majoritárias. Outro elemento associado à realização do pleito majoritário concomitante ao pleito proporcional encontra-se no menor destaque usualmente conferido pela mídia e pelo próprio eleitorado para a eleição dos legisladores. Almeida (2006) relata que quatro anos depois de uma eleição, cerca de 70% dos eleitores já se esqueceram do nome que escolheram nas urnas.

O sistema proporcional pode ser visto como um mecanismo para fortalecimento, acesso e representação de clivagens específicas e minorias. No entanto, não havendo a devida difusão de debates e informações sobre esses pleitos, a reflexão para quais serão os ocupantes de tais cargos, a lógica de representação proporcional das clivagens e grupos organizados politicamente e a proteção de minorias não se efetivam. No contexto brasileiro, os partidos menores originalmente pensados como bastiões para defesa de clivagens minoritárias, muitas vezes acabam se tornando instrumento de barganha política.

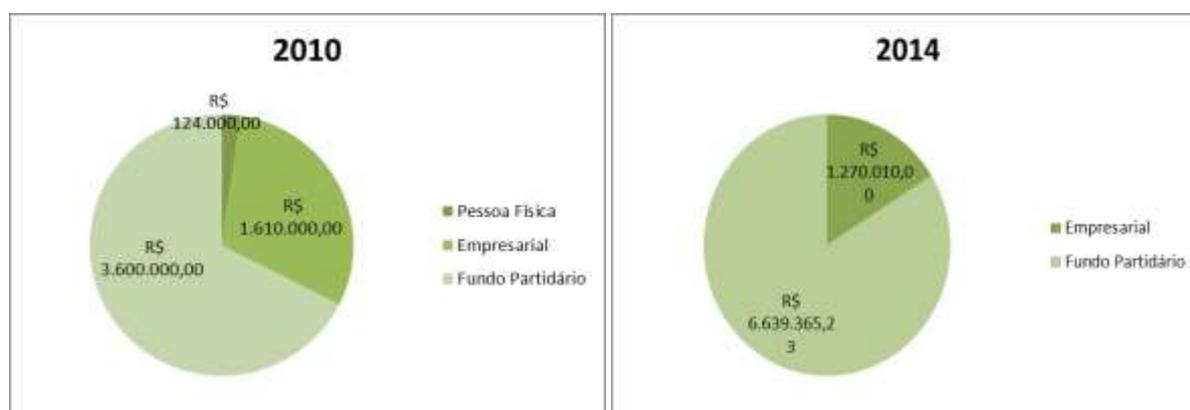
Na situação em que os partidos pequenos acabam sendo utilizados como instrumentos de barganha política, tornam-se instrumentalizados por caciques regionais de tal forma a possibilitar o acesso de grupos políticos ao fundo partidário, ao tempo de televisão (extremamente valorizado quando da configuração de coligações eleitorais) ou mesmo a indução de obstáculos à governabilidade. A consequência subversiva desses recursos por parte dos partidos acarreta em fisiologismo, distribuição de cargos por apoio político de bases excessivamente heterogêneas e, por fim, até mesmo compra direta de votos de parlamentares. Tudo tendo como lógica interesses particulares de agrupamentos políticos que obtiveram como prêmio a conquista de assento no Legislativo.

O Partido Verde foi suspeito e acusado em diversos veículos midiáticos de ter sido instrumentalizado por líderes considerados caciques, como descrito acima. Estas suspeitas e acusações também estão diretamente ligadas à possibilidade de desvirtuamento de seu programa partidário em detrimento da conquista e permanência no poder.¹⁰

¹⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/brasiliao/ult2307u607004.shtml>, <http://www.portalivreinterativo.com.br/destaques/falta-de-ideologia--partidos-criados-por-conveniencia> e <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/180613-salada-de-frutas-ideologica.html> (Consultados em 13/09/2015) são alguns exemplos destas acusações.

Até setembro de 2015¹¹, o financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais tinham diversas origens. O financiamento público, por meio do Fundo Partidário, e o financiamento por empresas são as maneiras mais correntes de financiamento partidário e eleitoral. Doações de pessoas físicas e utilização de recursos dos próprios candidatos também são bastante comuns. O Gráfico 1 exemplifica duas Receitas de Campanha do Diretório Nacional do PV, nos anos de 2010 e 2014.

Gráfico 1: Receitas de Campanha do Diretório Nacional do PV em 2010 e 2014



O Gráfico 1 demonstra que de 2010 para 2014 a parcela de financiamento de origem em pessoa física ficou inexistente. Ademais, as doações de empresas tiveram seu montante nominal reduzido em R\$ 340.000,00, o que fez com que a representação das doações empresariais passasse de quase 45% para quase 20% da receita total que o partido havia recebido. Por consequência, entre 2010 e 2014, o Fundo Partidário foi incrementado em mais de R\$ 3.000.000,00, o que fez com que a representação do fundo partidário aumentasse 16%, passando de 67% para 83%, do total da receita do PV.

Katz e Mair (1995) destacam que eleições são prioritariamente a concorrência entre conjuntos de lideranças, e não necessariamente grupos ideológicos ou sociais específicos e estratificados. Isso implica que a negociação e a acomodação de diferentes

¹¹ Decisão do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade do financiamento de campanhas eleitorais por empresas privadas (pessoa jurídica).

interesses sejam pilares da democracia, assim a formação de coalizões e alianças pode estar em constante dinamismo e mudança.

No Brasil, a ocorrência de um sistema partidário de elevadíssima fragmentação, com caráter excessivamente personalista, somado ao modelo de lista aberta e às fórmulas de cálculo de divisão de cadeiras e de sobras, possibilita, e até explicita, a necessidade dos partidos formarem coligações (NICOLAU, 2015). Assim, muitas vezes, a formação de alianças não ideológicas para finalidades eleitoreiras é prática constante entre os partidos.

Como descrito anteriormente, a fragmentação partidária pode minimizar a identificação por parte do eleitor, o que dificulta o controle de seus governantes (NICOLAU, 2002). Esta fragmentação também pode gerar um aumento desproporcional do poder de barganha de partidos com pequenas bancadas face aos partidos mais expressivos, trazendo como consequência todos aqueles problemas notórios de corrupção, envolvendo barganha de cargos públicos e compra de votos.

O debate nas bases do PV sobre formação de coligações marcou o início da história do partido. Raboczkay (2004) destacou que os primeiros debates se deram logo no início da ideia de formação do partido. Os debates salientavam que, em decorrência do programa do partido ser tão abrangente, a necessidade de consolidar a posição ideológica e de ação do Partido Verde na arena política priorizou a atração de personalidades que representassem de fato a ideologia do partido em detrimento da formação de coligações. Uma vez os partidários do PV tivessem posição ideológica consolidada, a formação de coligações era vista como uma segunda etapa com o objetivo estrito de sucesso nas eleições.

O debate sobre a formação de coligações também ocorreu no seio do Partido Verde alemão. O autor Schoonmaker (SHOONMAKER, 1988 *apud* LAWSON;

MERKL, 1988) descreve que no seio do partido alemão três visões foram bastante antagônicas neste ponto. Havia aquelas lideranças que preferiam afastar o risco de perda de ideologia pela aliança com partidos tradicionais, mesmo que isto condenasse o partido a um enorme fracasso eleitoral. Havia os mais realistas, que viam nas alianças maneiras concretas e eficientes de sucesso eleitoral, por meio do qual a agenda do partido teria mais chance de entrar no debate. E, por último, havia aqueles que acreditavam que a cooperação com partidos grandes deveria ser avaliada de acordo com o momento e agenda necessária.

Raboczkay (2004) destaca que a primeira eleição nacional do PV foi crucial para o estabelecimento da tradição do partido em formar coligações e coalizões partidárias. Nas eleições de 1986, o PV ainda não havia se constituído como uma instituição formal, assim optou por formar uma coligação informal com o PT. Com o registro formal provisório em 1988, nos pleitos proporcionais, o PV optou por lançar poucos candidatos fortes e firmar coligação com outros partidos pequenos; nos pleitos majoritários, decidiu apoiar candidaturas de outros partidos. Nas eleições para presidente em 1989, após diversas incertezas com relação a firmar coligação com o PT, o PV decidiu lançar candidatura própria.

Em 1994, o PV conseguiu eleger Fernando Gabeira Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, formando a coligação PV-PRP-PRN e, em 1998, a reeleição de Fernando Gabeira contou com a coligação PRONA-PV-PST-PSL.

A seguir, a Tabela 2 apresenta as coligações estaduais firmadas pelo PV desde as eleições de 2002 para pleitos de Deputados Federais.

Tabela 2: Coligações Formadas pelo PV para Deputado Federal entre as Eleições De 2002 E 2014.

Estados	2002	2006	2010	2014
Acre (AC)	C	C	C	C
Alagoas (AL)	C	C	C	C
Amazonas (AM)	C	N	C	C

Amapá (AP)	C	C	C	C
Bahia (BA)	C	C	N	C
Ceará (CE)	C	C	N	C
Distrito Federal (DF)	C	C	N	C
Espírito Santo (ES)	C	C	C	C
Goiás (GO)	C	C	C	–
Maranhão (MA)	C	C	C	C
Minas Gerais (MG)	C	N	N	C
Mato Grosso (MT)	C	C	C	C
Mato Grosso do Sul (MS)	C	N	C	C
Pará (PA)	C	C	C	N
Paraíba (PB)	C	C	C	C
Paraná (PR)	C	N	N	C
Pernambuco (PE)	C	C	N	C
Piauí (PI)	C	C	N	C
Rio de Janeiro (RJ)	N	C	N	N
Rio Grande do Norte (RN)	C	C	C	C
Rio Grande do Sul (RS)	C	N	N	C
Rondônia (RO)	C	C	C	C
Roraima (RR)	C	C	C	C
Santa Catarina (SC)	C	C	N	C
São Paulo (SP)	N	N	N	N
Sergipe (SE)	C	C	C	C
Tocantins (TO)	C	C	C	C
Total de chapas puras	2	6	11	3

A Tabela 2 demonstra que o PV apresenta uma prática predominantemente de formação de coligações, no entanto, São Paulo se destaca como o único estado que não firmou coligação em nenhuma das eleições. Pode-se suspeitar que São Paulo tenha uma base eleitoral consolidada e, por isso, não necessite firmar coligações para ter desempenho eleitoral satisfatório. Um fato interessante, que pode ser evidenciado pela análise dos Apêndices IV à VII, é a inconsistência ideológica entre os partidos na formação de coligações. Em diversos casos, o PV se filia a partidos como PT, PCdoB, mas também DEM (PFL) e PSDB, e muitas vezes todos esses partidos formam juntos uma única coligação. O fato precedente pode confirmar o exposto por Katz e Mair (1995) e Nicolau (2015) na percepção de coligações como simples estratégias visando sucesso eleitoral.

No contexto brasileiro, a lista aberta é mais um elemento que contribui para a fragmentação. Este modelo de lista cria um ambiente de disputa intrapartidária que não garante a representação de todas as localidades. Adicionalmente, informações pouco claras sobre a composição de coligações e as regras para contagem e distribuição de cadeiras geram a incompreensão – e, conseqüentemente, frustração – no eleitorado.

Pode-se destacar o exemplo das eleições de 2002 para Deputado Federal, em que o PV elegeu um representante tendo votação inferior ao antigo PSD, que não conseguiu nenhuma cadeira na Câmara. Esta pode ser vista como uma típica situação em que Nicolau (2015) destacou que o eleitorado pode achar paradoxal, já que candidatos com elevada votação não são eleitos em detrimento de outros que são beneficiados pela contagem partidária.

Em suma, alguns elementos brevemente descritos, como o modelo de organização política, o sistema eleitoral e as características partidárias apresentadas no Brasil, induzem os partidos políticos a tomarem determinadas estratégias visando ao sucesso eleitoral. O Partido Verde, enquanto um partido considerado pequeno optou muitas vezes, de maneira geral, pela formação de coligações como estratégia eleitoral. Esta estratégia pode levar ao questionamento sobre a perpetuação de sua prática partidária - como um partido oriundo de movimentos sociais – e ideológica – como um partido defensor da *ideologia verde*. As estratégias empreendidas podem ser vistas como uma desvirtuação da *ideologia verde* e das práticas partidárias horizontais e democráticas.

Metodologia

Como metodologia escolhida para efetuar a análise ideológica, na forma do programa partidário, do Partido Verde, a análise de conteúdo pareceu ser a mais adequada e aplicável. A análise de conteúdo pode ser brevemente definida como “análise sistemática, objetiva e quantitativa das características de mensagens” (Neuendorf , 2002, p. 1).

Neuendorf (2002) explica que análise de conteúdo é um método de análise que pode ser aplicado em diversas áreas do conhecimento que envolvam transmissão de mensagens, como veículos de comunicação em massa, discursos, telenovelas, entre outros. Em decorrência dos avanços tecnológicos - como softwares de codificação e análise estatística - esta técnica tem se popularizado nas pesquisas quantitativas.

O método consiste em delimitar códigos e efetuar a avaliação desses códigos sobre as unidades de análise (que comportam a mensagem) com o objetivo de obter a quantidade da ocorrência dos códigos. Assim, é um método quantitativo que tem por objetivo final contar categorias chave - não conseguindo, necessariamente, extrair toda a informação nela contida, já que não se efetua uma análise qualitativa da mensagem (NEUENDORF, 2002; KRIPPENDORFF, 2003).

No próximo capítulo, todos os projetos de lei apresentados por parlamentares do PV serão analisados a partir dos códigos extraídos do programa do partido. A codificação será efetuada com o auxílio do *software QDA Miner*. A partir da quantidade de projetos de lei identificados pelos códigos, será efetuada a análise sobre a manutenção ou não da ideologia do PV.

Assim, a instrução básica da enumeração dos componentes da pesquisa (KRIPPENDORFF, 2003, p. 83) pode ser resumida da seguinte maneira:

- Unidade elementar que será analisada: os projetos de lei.
- Amostra: não há amostra, são todos os projetos de lei apresentados pelo PV no Congresso Nacional entre 1995 e abril de 2015 (total de 730 projetos).
- Os códigos: identificação e tratamento de palavras-chaves no programa partidário do Partido Verde.
- Codificação: será utilizado o *software* de análise de conteúdo *QDA Miner*.
- Criação dos dados: identificação dos códigos nos projetos de lei de parlamentares do PV.
- Recortes que serão efetuados: Todos (sem nenhuma discriminação), Temas (12 vertentes que compõem o programa), Ano (análise dos projetos agrupados por ano de apresentação), Autores (análise dos projetos apresentados por cada autor) e por bancada estadual (análise conjunta dos parlamentares de um mesmo estado, independente da legislatura).
- Descrição dos resultados.

Uma peculiaridade da análise de conteúdo é que, apesar de ser uma metodologia relativamente simples, a delimitação de códigos deve ser precisa. Para tanto o pesquisador deve dominar o assunto que está analisando para levar em consideração as nuances do vocabulário estudado para obter a precisão e o rigor necessário no momento da codificação (NEUENDORF, 2002).

O programa do PV apresenta doze vertentes, que foram explicadas no capítulo 2. Todos os códigos foram retirados do texto do programa, mas foi feito um tratamento para que não houvesse o mesmo código em duas ou mais vertentes, mesmo assim houve

pouquíssimos casos em que foram necessários esse tratamento. Esse impedimento provém do próprio *software*, que impede que um mesmo código esteja em dois grupos diferentes. Assim, podemos exemplificar a seguinte maneira de escolha do grupo do código: quando se fala de “*Ecologia urbana, o desafio das cidades*” e “*Política Nacional de Meio Ambiente e Grandes Ecossistemas*”, foi identificado em ambos o código “meio ambiente”, este código foi retirado da vertente “*Ecologia urbana, o desafio das cidades*” e deixado em “*Política Nacional de Meio Ambiente e Grandes Ecossistemas*”, por compreender-se que este código se adequa mais à segunda vertente que à primeira.

No *software QDA Miner*, podem ser criadas pastas de conjuntos de códigos, que foram delineadas de acordo com as vertentes do programa do Partido Verde. Assim, foram criados doze grupos de códigos intitulados como as vertentes do programa partidário (Ver Apêndice I para a relação total dos grupos e códigos extraídos). Após escolha deste comando para contagem de palavras automáticas, o *software* executa uma busca dos códigos delimitados nos textos dos projetos de lei. O resultado desta busca é apresentado por uma tabela que enumera os projetos de lei e a quantidade de vezes que os códigos foram identificados.¹² Com o comando de busca automática, o resultado não enumera qual(is) código(s) específico(s) foi identificado, somente a quantidade de ocorrência que os códigos foram identificados.

Em análise de conteúdo, os dados não são apenas encontrados, eles são inteiramente gerados. Gerados como resultado dos meios implementados pelo pesquisador para responder à pergunta de pesquisa. Assim, a explicação e enumeração de todo passos do desenho da pesquisa efetuada são essenciais para atender aos critérios

¹² Se um único código for identificado, mas ele estiver presente diversas vezes ao longo do texto, o *software QDA Miner* enumerará todas as vezes que o código for identificado.

científicos de verificação e replicabilidade do estudo científico (KRIPPENDORFF, 2003).

A partir da contagem dos projetos de lei que seguem o programa do partido (identificados por meio da codificação), a análise de manutenção ou perda de ideologia se dará a partir dos recortes escolhidos seguindo a seguinte escala: muito baixo teor ideológico, entre 0 e 20%; baixo teor ideológico, entre 20 e 40%; médio teor ideológico, entre 40 e 60%; alto teor ideológico, entre 60 e 80%; e muito alto teor ideológico, entre 80 e 100%.



Para que o estudo apresente mais fidedignamente a adesão dos projetos de lei apresentados pelo partido ao seu programa partidário - que é visto como a apresentação prática da sua ideologia partidária – os projetos de lei serão analisados com alguns recortes. Primeiro, será efetuada a análise de todos os projetos com todos os grupos de códigos. Essa é provavelmente a análise mais elementar, mas a mais importante, pois identificará a adesão do conjunto total de projetos do PV à sua ideologia partidária. A partir desta análise, advirá a maior contribuição para a resposta da pergunta de pesquisa.

Uma segunda análise importante será o recorte do total de projetos por grupos de códigos. Como explicado anteriormente, o programa do PV é repartido em 12 vertentes, que no caso podem ser consideradas temas, e os grupos de código seguem o mesmo princípio. Assim, será interessante perceber quais temas têm maior destaque entre os projetos apresentados.

Outra análise que terá grande peso na resposta da pergunta de pesquisa advirá do recorte dos projetos por ano de apresentação. Este recorte é extremamente relevante para visualizar se houve alteração na adesão do assunto dos projetos de lei apresentados ao programa partidário. Assim, busca-se verificar se no início de seu ingresso ao Congresso Nacional, o PV apresentava mais projetos que correspondiam ao seu programa partidário, se comparado aos últimos anos.

Com a finalidade de verificar se existem parlamentares e bancadas que seguem mais o programa partidário que outros, serão efetuados os recortes dos projetos apresentados por cada parlamentar e pelo conjunto de parlamentares de um mesmo estado. Destaca-se que este último independará do ano da legislatura, uma vez que somente o estado de origem será levado em consideração.

Anteriormente, pensava-se em também fazer um recorte entre os projetos apresentados por Deputados Federais e os projetos apresentados por Senadores. No entanto, isto foi identificado como inviável, pois a quantidade de projetos apresentados por Senadores é inexpressiva se comparada à quantidade de projetos oriundos da Câmara dos Deputados.

Neuendorf (2002) e Krippendorff (2003) destacam que, em decorrência da sua busca pelo rigor ao método científico, a análise de conteúdo apresenta características intrínsecas de objetividade, confiabilidade, veracidade, generalização e replicação. Mas para tanto, sua estrutura conceitual deve apresentar os seguintes componentes:

- “Um corpo textual que seja o objeto analítico da pesquisa;
- Uma pergunta de pesquisa que o pesquisador pretende responder examinando o texto;
- Um contexto que guie a compreensão do corpo textual em análise;
- Uma construção analítica que operacionalize o conhecimento do pesquisador sobre o assunto analisado;
- Inferência que a pergunta de pesquisa pretenda gerar, que são os resultados básicos da análise de conteúdo; e

Evidências, que possam ser validadas e comprovadas, que serão a justificção final da análise efetuada.” (KRIPPENDORFF, 2003, p. 29-30)

Na presente pesquisa, o corpo textual em questão são os projetos de lei apresentados pelos parlamentares do Partido Verde. A pergunta de pesquisa é “Com a entrada na arena política formal, o Partido Verde manteve ou perdeu sua ideologia política?”. O contexto é a atuação política do Partido Verde na arena política formal.

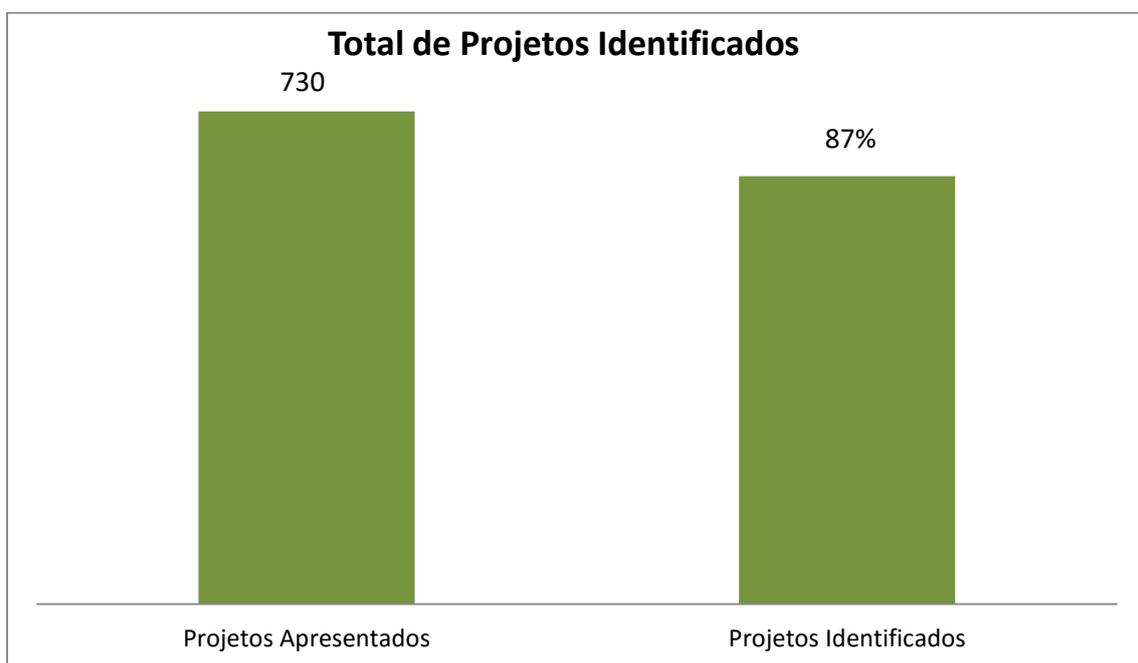
Krippendorff (2003) explica que a pergunta delinea evidencia factual ainda inacessível, mas que apresenta um conjunto de possíveis respostas. Assim, ela permite a validação das hipóteses inferidas. Por sua vez, o contexto do corpo textual correlaciona o corpo textual em análise com as respostas à pergunta de pesquisa. Ele pode ser entendido como todos os fatores conhecidos que afetam a relação que o corpo textual tem com a indagação do pesquisador.

A construção analítica que Krippendorff (2003) faz menção, gira em torno, no estudo, de as possíveis influências e coerções que o Partido pode sofrer na busca do sucesso eleitoral. As inferências possíveis serão as conclusões tiradas a partir dos recortes das análises que serão efetuadas. Por fim, as evidências serão os resultados finais obtidos pela análise numérica da codificação dos projetos de lei.

Análise

A partir das análises dos projetos de lei apresentados por parlamentares do Partido Verde obtiveram-se resultados consistentes. Como descrito na explicação dos recortes (Capítulo 4), a análise base se deu pela codificação de todos os projetos por todos os grupos de códigos. Os resultados podem ser observados no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2: Projetos Identificados pela Codificação do conjunto de códigos juntos

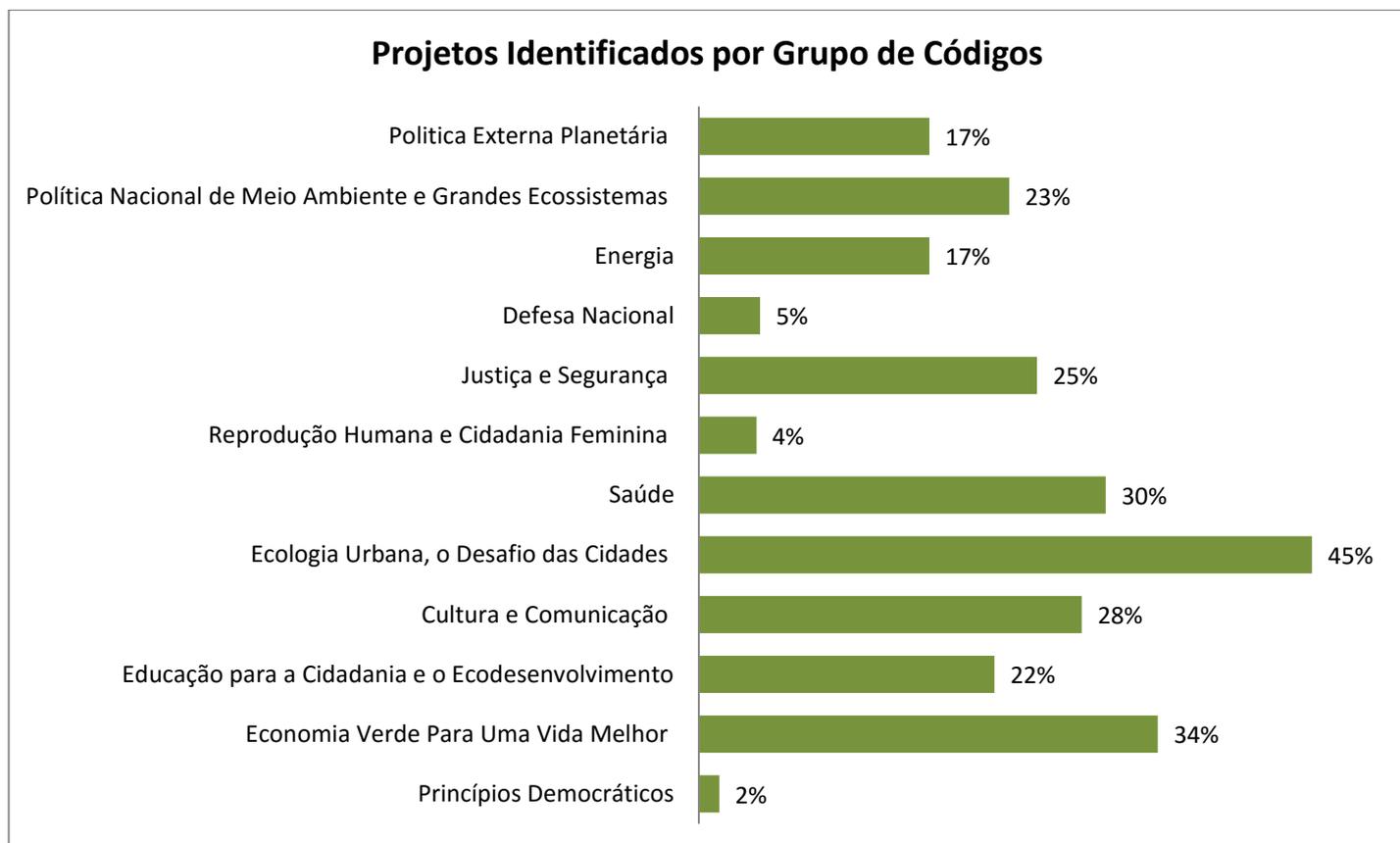


O Gráfico 2 demonstra que dos 730 projetos apresentados por parlamentares do Partido Verde, desde 1995, 634 projetos de lei foram identificados pelos conjuntos de códigos delimitados a partir do seu programa partidário. Esta quantidade corresponde a 87% do total de projetos apresentados, o que nos permite afirmar que, a princípio, o Partido Verde mantém uma atuação política ideológica muito elevada.

A partir desta análise inicial, é importante identificar a quais vertentes do programa partidário estes projetos identificados correspondem. Para tanto, foi feita uma segunda codificação de todos os projetos de lei por grupo de códigos, que correspondem

às vertentes enumeradas pelo programa partidário do PV. O Gráfico 3 apresenta a quantidade que cada grupo de códigos foi identificado.

Gráfico 3: Projetos Identificados por Grupo de Códigos



O Gráfico 3 demonstra que metade dos grupos de códigos apresenta ocorrência em torno de 20%. Podem-se destacar os grupos de código que tratam de assuntos relacionados ao meio ambiente e suas implicações, como *Economia Verde Para Uma Vida Melhor* (34%) e *Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades* (45%), mesmo que o grupo *Política Nacional de Meio Ambiente e Grandes Ecossistemas* seria imaginado como aquele que mais diretamente abordaria o tema do meio ambiente, mas apresenta ocorrência de 23%.

Pode-se imaginar que os projetos de lei apresentados estão mais focados em tratar do meio ambiente em aspectos econômicos e nas circunscrições territoriais urbanas,

do que propriamente espaços territoriais naturais que não foram largamente impactados pelos seres humanos. Sugere-se uma avaliação qualitativa nesse sentido para verificar tal hipótese.

Ressaltam-se também os resultados obtidos nos grupos *Cultura e Comunicação* (28%) e *Saúde* (30%). Ambos apresentam quantidade de códigos relativamente pequenos, mas as identificações por grupos de códigos estão entre as quatro maiores. Outros grupos de códigos notáveis são *Princípios Democráticos*, *Reprodução Humana e Cidadania Feminina* e *Defesa Nacional* que atingem 5% ou menos de identificação de códigos, o que propicia o questionamento da real relevância destes assuntos para o Partido Verde.

A Tabela 3, a seguir, apresenta a ocorrência de mais de um grupo de códigos simultaneamente. A incidência simultânea dos grupos de códigos *Economia Verde Para Uma Vida Melhor* e *Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades*, *Política Nacional de Meio Ambiente e Grandes Ecossistemas* e *Energia* contribui na afirmação de que o Partido Verde tem uma preocupação bastante elevada com o meio ambiente, mas esta preocupação apresenta foco maior nas áreas urbanas.

Outros dados que chamam a atenção são incidência simultânea de *Saúde* com *Economia Verde Para uma Vida Melhor* (94) e *Saúde* com *Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades* (135), além de *Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades* com *Justiça e Segurança* (86), que podem indicar a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos como pautas de bastante destaque ao PV. *Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades* com *Cultura e Comunicação* (103) parecem ser temas inusitados para estarem correlacionados e, por isso, sugere-se estudo qualitativo sobre estes projetos com a finalidade de compreender sua relação nos PL e PLS apresentados

Tabela 3: Identificação de Ocorrência Simultânea de Diferentes Grupos de Códigos

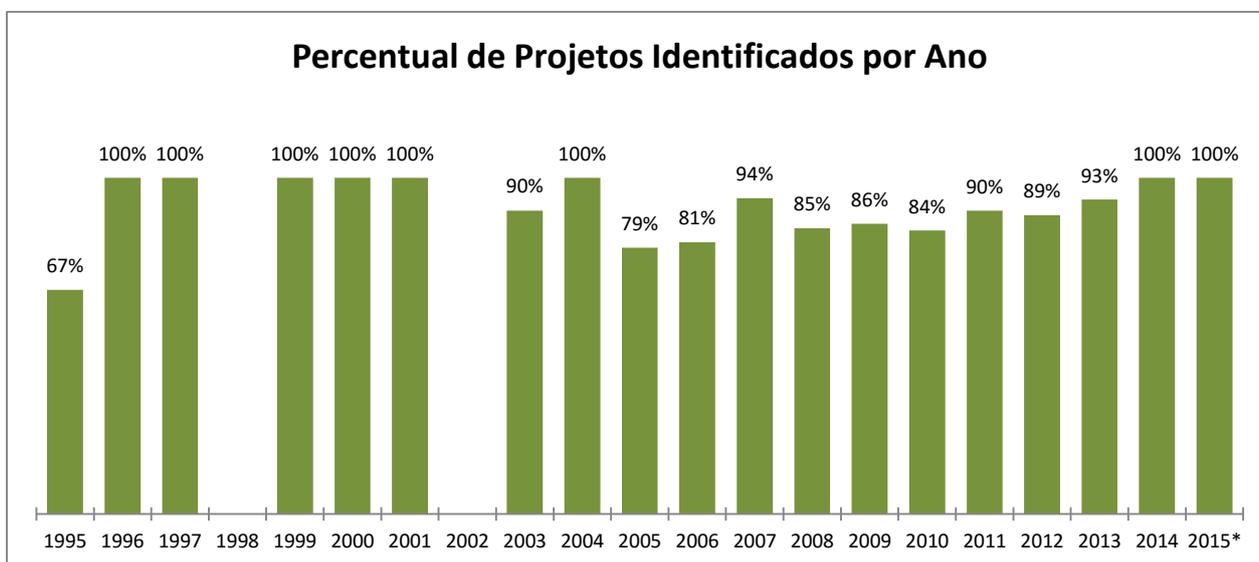
Vertentes do Programa	Princípios Democráticos	Economia Verde Para Uma Vida Melhor	Educação para a Cidadania e o Ecodesenvolvimento	Cultura e Comunicação	Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades	Saúde	Reprodução Humana e Cidadania Feminina	Justiça e Segurança	Defesa Nacional	Energia	Política Nacional de Meio Ambiente e Grandes Ecossistemas	Política Externa Planetária
Princípios Democráticos	11	6	7	5	6	3	0	2	1	2	2	4
Economia Verde Para Uma Vida Melhor	----	247	54	70	165	94	8	52	15	85	98	56
Educação para a Cidadania e o Ecodesenvolvimento	----	----	159	75	81	71	9	55	10	23	38	46
Cultura e Comunicação	----	----	----	206	103	74	12	69	14	40	60	46
Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades	----	----	----	----	330	135	18	86	23	106	125	76
Saúde	----	----	----	----	----	219	20	63	15	45	62	50
Reprodução Humana e Cidadania Feminina	----	----	----	----	----	----	31	16	4	8	6	5
Justiça e Segurança	----	----	----	----	----	----	----	182	12	31	39	31
Defesa Nacional	----	----	----	----	----	----	----	----	33	15	15	11

Energia	----	----	----	----	----	----	----	----	----	124	62	36
Política Nacional de Meio Ambiente e Grandes Ecossistemas	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	167	42
Política Externa Planetária	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	124

Uma vez quantificada as identificações mais gerais, a análise final sobre o manutenção ideológico será complementada pela codificação de recortes mais específicos dos projetos de lei apresentados pelo Partido Verde. Assim, serão apresentados os recortes das codificações por ano, por parlamentar e por bancadas estaduais.

O Gráfico 4 apresenta a identificação do conjunto de códigos por ano. Como explicitado no capítulo anterior, o recorte anual é importante para verificar se ao longo do tempo a adesão ideológica sofreu alterações, já que pelos estudos apresentados, havia-se o temor de que, com o passar dos anos, o PV perderia identidade ideológica. Deve-se destacar que em dois anos não houve análise de nenhum projeto (1998 e 2002¹³). É interessante notarmos que estes dois anos (1998 e 2002) foram também anos eleitorais.

Gráfico 4: Projetos Identificados por Ano



*Os Projetos de 2015 são somente até o mês de Abril

Os resultados das análises por ano demonstram que a possibilidade de a identidade ideológica do partido ter decrescido ao longo dos anos não se confirma.

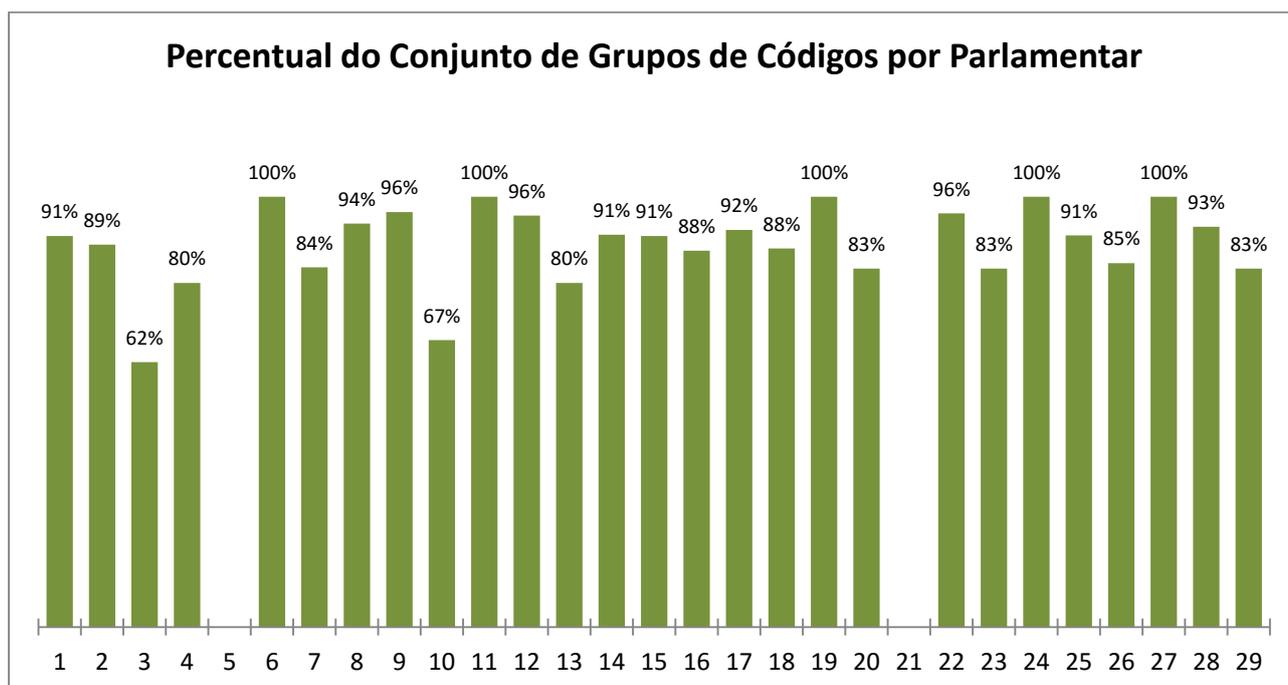
¹³ No ano de 2002, houve a apresentação de dois PL, no entanto problemas técnicos no site da Câmara dos Deputados impediram o acesso a estes projetos.

Apenas em dois anos a identificação dos projetos ao conjunto de códigos é inferior a 80%. Essas duas incidências têm uma separação de 10 anos (1995 e 2005), e em 1995 deve-se relativizar o resultado de 67%, uma vez que foram apresentados apenas três projetos e somente um não foi identificado na codificação.

Outros resultados notáveis são que em doze anos, distribuídos ao longo dos 20 anos pesquisados, a identificação do conjunto de códigos foi igual ou superior a 90%, sendo oito destes identificados 100% das vezes.

Por fim, restam as dúvidas de se algum parlamentar ou bancada estadual aderem mais ao programa do que outros. Assim, o Gráfico 5 apresenta o resultado da análise do conjunto de grupos de códigos por parlamentar autor. Cada número corresponde a um parlamentar, mas dois parlamentares foram identificados como não apresentando nenhum projeto, pois em ambos os casos problemas técnicos no site da Câmara dos Deputados impediram acesso aos projetos de lei.

Gráfico 5: Conjunto de Grupos de Códigos por Parlamentar



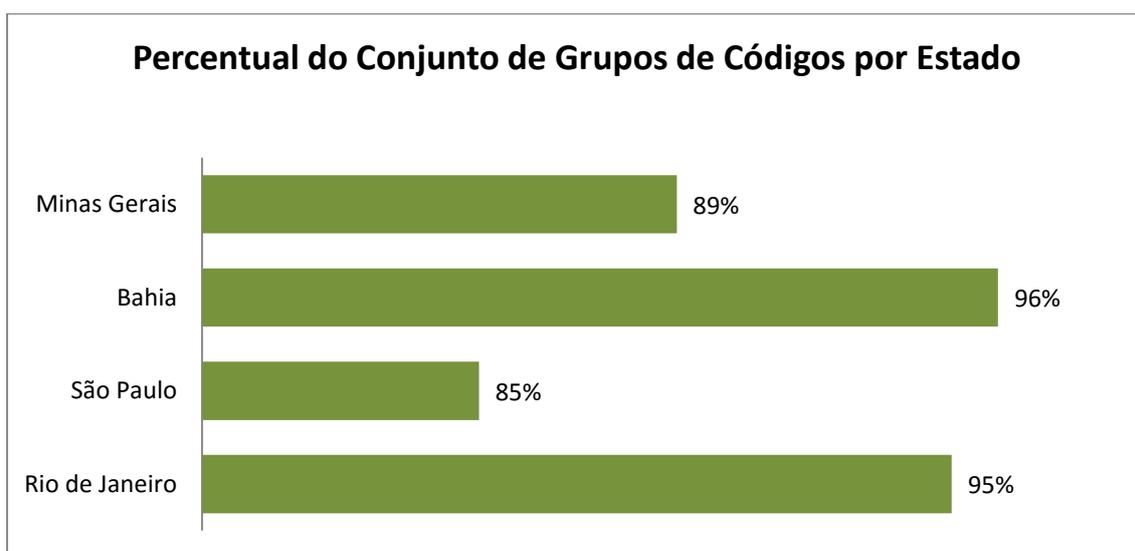
Obs: A lista completa com a correspondência dos Parlamentares encontra-se no Apêndice II.

A partir dos resultados obtidos pela codificação dos projetos de lei repartidos por parlamentar autor percebe-se que apenas dois parlamentares apresentaram projetos com identificação dos códigos inferior a 80%. Para mais, 15 parlamentares apresentaram projetos identificados pelo conjunto de códigos superior a 90%, sendo cinco destes identificados 100% das vezes.

O Gráfico 6 apresenta o resultado da análise do conjunto de grupos de códigos por bancada estadual. Esta análise não leva em consideração a legislatura, somente o estado de origem do parlamentar.

Deve-se destacar que somente serão considerados estados que tiveram três ou mais parlamentares representando o Partido Verde no Congresso, o que implica que somente os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais são considerados. Os estados de Rio Grande do Norte, Paraná, Acre, Maranhão e Rondônia tiveram parlamentares eleitos, mas como foram somente um ou dois, não seria correto fazer uma generalização como uma bancada estadual.

Gráfico 6: Conjunto de Grupos de Códigos por Bancada Estadual



Após análise, todos os estados obtiveram identificação do conjunto de códigos aos projetos de lei superior a 80%. Destaca-se o caso do estado de São Paulo que apresentou 316 PL e obteve identificação do conjunto de códigos em 85% dos projetos.

A partir da análise dos projetos de lei do Partido Verde e dos diferentes recortes de análise, os resultados foram, em sua maioria, superiores a 80% de identificação com o conjunto dos códigos. As análises abrangentes que codificaram todos os projetos com todos os grupos de código e por ano apresentam identificação de 87% e média de 92%, respectivamente. Por sua vez, as codificações por autoria e por bancada estadual obtiveram resultado médio de 89% e 91%, respectivamente.

Esses resultados permitem, portanto, constatar que os projetos de lei do Partido Verde representam o programa partidário de forma muito elevada. Assim, pode-se aferir com segurança que o Partido Verde manteve-se amplamente coeso como *ideologia verde* que o originou.

Conclusão

O Partido Verde brasileiro foi constituído com o intuito específico de representar ideais ambientalistas e ecológicos na arena política formal. Seus criadores viam na constituição de um partido político uma maneira de atuação institucionalizada que alavancaria a agenda ideológica verde nos debates políticos nacionais e viabilizariam uma mudança estrutural nas percepções de desenvolvimento econômico e social.

Os resultados eleitorais do PV refletiram um desempenho satisfatório em todos os pleitos, especialmente no âmbito municipal. No entanto, esse desempenho suscitou um temor sobre a possibilidade de sua adesão ideológica ter diminuído em detrimento da prática política formal e da necessidade de sucesso eleitoral. O presente trabalho foi nesse sentido idealizado como uma maneira de adensar os estudos sobre o Partido Verde brasileiro e, especificamente, contribuir nas pesquisas sobre sua atuação política ideológica.

A pergunta inicial do trabalho buscou responder se o Partido Verde brasileiro havia perdido sua identidade ideológica ao longo de sua atuação política formal. Partiu-se da hipótese de que o PV havia, de fato, perdido sua ideologia.

A metodologia de pesquisa escolhida para analisar os 730 projetos de lei apresentados por parlamentares do PV foi o método quantitativo de análise de conteúdo. Os projetos de lei foram analisados por meio de recortes: grupos de códigos, ano de apresentação, autor e bancada estadual.

Os recortes escolhidos geraram resultados contundentes que permitem afirmar que a hipótese inicial não se confirmou. O Partido Verde apresentou projetos de lei com teores ideológicos muito elevados, que permitem afirmar que, a partir da metodologia de análise de conteúdo utilizada, sua ideologia foi mantida ao longo dos

anos. Contudo, deve-se reforçar que, pelo fato da análise de conteúdo ser uma metodologia quantitativa, a mensagem transmitida pelo corpo textual dos projetos de lei não fora analisada de maneira substancial, o conteúdo destas mensagens apenas foram identificados.

Em decorrência desta limitação da metodologia implementada, recomenda-se que análises qualitativas sejam proferidas nos projetos de lei nas vertentes que tiveram baixa identificação (*Princípios Democráticos, Reprodução Humana e Cidadania Feminina e Defesa Nacional*) e nos projetos de obtiveram identificação de quatro ou menos códigos em seu corpo textual¹⁴.

Outras sugestões para aprofundar os estudos sobre a adesão ideológica do PV poderiam ser a análise comparativa dos textos dos projetos que se tornaram leis com seus originais e analisar os projetos de lei apresentados nas esferas estadual e municipal. Ademais, pode-se recomendar estudo sobre o firmamento de coligações do PV, no sentido de verificar se existem padrões ou diferenças nas configurações de coligações estaduais. Outro estudo que poderia ser efetuado é, no caso do estado de São Paulo, identificar se os votos para parlamentares federais provêm de áreas urbanas ou áreas rurais com o intuito de aferir se realmente existe uma preocupação maior com ecologia em áreas urbanas. Por fim, seria interessante que existissem mais estudos similares de análise de projetos de lei apresentados por outros partidos políticos.

¹⁴ Não foi viável colocar a tabela completa com as informações dos PL e PLS que tiveram identificação de quatro ou menos códigos, mas a quantidade deve chegar a quase 30 % e todas estas informações estão gravadas nas análises efetuadas pelo software e podem ser informadas em caso de interesse.

Bibliografia:

1. ALMEIDA, Alberto Carlos. “Amnésia eleitoral: em quem você votou para deputado em 2002? E em 1998?”. In: SOARES, Gláucio Ary ; RENNÓ, Lúcio. (orgs.). 2006. *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006. 133-153.
2. ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, ANPOCS. No. 53, 1o.semestre de 2002, pp.35-78.
3. ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos Estudos*, nº 79, CEBRAP, 2007.
4. BACCHIEGGA, Fábio. *Desvendando o campo da Sociologia Ambiental: revisão de artigos selecionados*. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Dissertação de Mestrado. Campinas, SP, 2011.
5. CASTELS, Francis G.; MAIR, Peter. Left-Right Political Scales: Some “Expert” Judgments. *European Journal of Political Research*, nº 12: p. 73-88, 1984.
6. CATTON, W. R. Jr. e DUNLAP, R. E. Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist* , vol. 13: 41-49, 1978.
7. DIEGUES, A. C. S. *O Mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Ed. Hucitec, 2004. 382 p
8. EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*; tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
9. Estatísticas das Eleições de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores> (Consultado em 20/10/2015).
10. FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, vol. 17, nº 1, 2009.

11. KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, vol. 1, nº 1. London, 1995.
12. KRIPPENDORF, Klaus. *Content Analysis An Introduction to It Methodology* (2nd Edition). Sage Publication: International Educational and Professional Publisher, 2004.
13. LAWSON, Kay; MERKL, Peter H. *When Parties Fail Emerging Alternative Organizations. United Kingdom: Princeton University Press*, 1988
14. NEUENDORF, Kimberly A. *The Content Analysis Guidebook*. Sage Publication: International Educational and Professional Publisher, 2002.
15. NICOLAU, Jairo. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. Rio de Janeiro: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 45, nº 2. 2002. p. 219-236.
16. NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. Rio de Janeiro: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 49, nº 4. 2006. p. 689-720.
17. NICOLAU, Jairo. Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil. Rio de Janeiro: *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, Vol. 4, nº 7. 2015. p. 219-239.
18. OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 51, nº 3, 2007.
19. PETERSEN, Paulo(Org.). *Agricultura Familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
20. *Programa Partidário*. Partido Verde. <http://pv.org.br/opartido/programa/> (Consultado em 23/09/2015).
21. RABOCZKAY, Tibor. *Repensando o Partido Verde Brasileiro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
22. SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Batista. *Metodologia de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. Seção 9.6.3 Análise de Conteúdo.
23. SANTOS, Adriana Vitória. *A Institucionalização do Movimento Ambientalista: um Estudo de Formação do Partido Verde no Brasil*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Tese de Mestrado; Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, 2008.

24. SILVA, Luana Viana Costa e; SILVA, Edson Vicente da; SILVA, Maria de Lourdes Vicente da; RIGOTTO, Maria Raquel. *Desenvolvimento sustentável e capitalismo: uma realidade possível?* II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento. Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-Ceará-Brasil, 2012.
25. TURELLI, Claudio. *Partido Verde - Trajetória nas urnas e análise de resultados*. São Paulo, SP: Editora Thangka, 2011.
26. VIOLA Eduardo J. *O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica*. Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, 1987.
27. VIOLA, Eduardo J. A heterogeneidade política. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, vol. 3, n° 4. São Paulo, 1987.

APÊNDICE I

Abaixo podem ser consultados todos os códigos, separados em seus respectivos grupos temáticos, extraídos do Programa Partidário do Partido Verde:

1. Princípios Democráticos:

sufrágio universal, pluripartidarismo, parlamentarismo, voto facultativo, separação de poderes, subordinação das forças armadas, reforma do estado, informatização, desburocratização, democratização, administração eficiente, democracia direta, referendos, plebiscitos Conferência rio 92, Agenda 21

2. Economia Verde Para Uma Vida Melhor

desenvolvimento sustentável, combate a miséria, desperdício, novos setores da economia, tecnologias limpas, emprego, qualidade de vida, desemprego; seguro desemprego, mão de obra, saneamento básico, despoluição hídrica, educação ambiental, educação sanitária, ecoturismo, micro empresa, cooperativa, micro e pequenas empresas, pequena empresa, média empresa, economia comunitária, autogestionária, taxa de juros, incubadoras, especulação financeira, exploração do trabalhador, reforma agrária; acesso à terra, desapropriação de terras ociosas, latifúndio, sem-terra; êxodo, Amazônia; periferias, agricultura orgânica, transporte, estocagem, reciclagem, ONG, imposto negativo, renda mínima, salário escolar, microcrédito, clientelismo, corporativismo, indústria de bebidas, indústria de tabaco, taxação, pequeno agricultor

3. Educação Para A Cidadania E O Ecodesenvolvimento

educação, sistema educacional, opressão, solidariedade, direitos humanos, ensino público, escola pública, universitário, universidade, educação à distância, EAD, educação

comunitária, assistência médica, alojamento, albergue, menores infratores, conselhos tutelares

4. Cultura E Comunicação

cultura, meios de comunicação, mídia eletrônica, cinema, teatro, literatura, artes visuais, musica; rádio, TV, televisão, manifestações artísticas, religiosa, negro, índio, indígena, judeu, orientai, cigano, racismo, preconceito, tolerância, respeito, liberdade sexual, deficiente físico, deficiente mental, cadeirante, idoso, portador de doença

5. Ecologia Urbana, O Desafio Das Cidades

ecologia urbana, cidade, território geográfico, geológico, condições climáticas, água, redes de esgoto, tratamento, efluentes domésticos, efluentes industriais, drenagem, águas pluviais; distribuição de águas, esgotamento sanitário, despoluição hídrica, conselhos das águas, lixo, inundações, desabamento, saúde pública, resíduos industriais, poluentes, contaminação, lençol freático, plástico, latas, garrafa, descartável, catadores, entulho, aterro sanitário, lixão, chorume, gás metano, dioxina, faixa exclusiva, gás natural, peruas, vans, ônibus, trens de superfície, metrô, veículo leve sobre trilhos, VLT, bonde, trolei, integração intermodais, ciclovias, ciclofaixas, bicicletarios, transporte hidroviário, transporte urbano, táxi, automóvel, estacionamento, tráfego, ar, SO₂, CO, NO_x, hidrocarbonetos, ozônio, dióxido de carbono, CO₂, metano, efeito estufa, ilhas de calor, parques, jardins, arborização de rua, bacia, inundação, seca, poluição, habitação, favela, manancial, grilagem

6. Saúde

saúde, medicina, prevenção, farmácia, farmacêutica, terapia, SUS, Sistema Único de Saúde, seguro saúde, infecção, infectocontagiosa, DST, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS

7. Reprodução Humana E Cidadania Feminina

reprodução humana, planejamento familiar, contracepção, machismo, violência doméstica, violência sexual, gestante, natalidade, bioética, inseminação artificial, parto, cesariana, cesária, aborto, interrupção voluntária, gravidez; delegacia da mulher

8. Justiça E Segurança

Miséria, concentração de renda, criminalidade, impunidade, polícia, violência, código penal, segurança pública, corrupção, crime, auditoria, desarmamento, porte de arma, aquisição de arma, jogos de azar, jogo do bicho, ilegalidade, tortura, prisão, carcerária, delegacia, droga, tráfico, traficante, *Canabis Sativa*, descriminalizando, entorpecente

9. Defesa Nacional

defesa nacional, Forças Armadas, fronteira, guerra, guerrilha, serviço militar

10. Energia

Energia, renováveis, renovável, tecnologias limpas, solar, eólica, fotovoltaica, hidrelétrica, termelétrica, usina, biomassa, geotérmica, marés, hidroelétricas, barragem, turbina, nuclear, urânio, petróleo, álcool, gás natural, biodiesel, diesel, combustível fóssil, veículos elétricos, hidrogênio, GLP

11. Política Nacional De Meio Ambiente E Grandes Ecosystemas

Política Nacional de Meio Ambiente, meio ambiente biodiversidade, Rio 92, Agenda XXI, Agenda 21, devastação ambiental, poluição ambiental, mananciais, bacias hidrográficas, agrotóxicos, defensivo agrícola, praga, demarcação, regularização fundiária, manejo, unidades de conservação ambiental, conservação, reflorestamento,

queimadas, Mata Atlântica, Amazônia, Cerrado, Caatinga, recursos marinhos, mata ciliar, floresta, reservas, estações ecológicas, fauna, flora, pesca, caça, extrativista, extrativismo, biotecnologia, madeira, mineral, rocha, zoneamento econômico ecológico, motosserra, garimpo, grileiro, madeireiro, siderúrgica, grande Carajás, carvão, transgênico, devastação ambiental, preservação, recuperação ambiental, proteção da natureza, proteção das florestas, áreas degradadas

12. Política Externa Planetária

Globalização, mercado, fluxo de capital, ONU, Conselho De Segurança, Mercosul, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, FMI, paz, xenofobia, massacre, capital especulativo, paraíso fiscal.

APÊNDICE II

Lista de todos os parlamentares do PV identificados que tiveram seus projetos analisados no presente trabalho:

Parlamentar	Nome	PLs	ID	%
1	ALFREDO SIRKIS - PV/RJ	11	10	91%
2	ANTÔNIO ROBERTO - PV/MG	54	48	89%
3	CHICO SARDELLI - PV/SP	13	8	62%
4	CIRO PEDROSA - PV/MG	20	16	80%
5	CLOVIS VOLPI - PV/SP ¹	0	0	0%
6	DR. ALUIZIO - PV/RJ	16	16	100%
7	DR. TALMIR - PV/SP	116	97	84%
8	EDIGAR MÃO BRANCA - PV/BA	32	30	94%
9	EDSON DUARTE - PV/BA	57	55	96%
10	EURICO JÚNIOR - PV/RJ	3	2	67%
11	FÁBIO RAMALHO - PV/MG	10	10	100%
12	FERNANDO GABEIRA - PV/RJ	46	44	96%
13	HENRIQUE AFONSO - PV/AC	10	8	80%
14	JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA - PV/MG	34	31	91%
15	JOSÉ PAULO TÓFFANO - PV/SP	11	10	91%
16	JOVINO CÂNDIDO - PV/SP	8	7	88%
17	LEONARDO MATTOS - PV/MG	26	24	92%
18	LINDOMAR GARÇON - PV/RO	25	22	88%
19	LUIZ BASSUMA - PV/BA	3	3	100%
20	MARCELO ORTIZ - PV/SP	42	35	83%
21	MARINA SILVA - PV/AC	0	0	0%
22	PAULO DAVIM - PV/RN	26	25	96%
23	PAULO WAGNER - PV/RN	12	10	83%
24	PENNA - PV/SP	9	9	100%
25	ROBERTO DE LUCENA - PV/SP	78	71	91%
26	ROBERTO SANTIAGO - PV/SP	39	33	85%
27	ROSANE FERREIRA - PV/PR	21	21	100%
28	SARNEY FILHO - PV/MA	43	40	93%
29	VITTORIO MEDIOLI - PV/MG	6	5	83%

APÊNDICE III

Lista de todos os analisados no presente trabalho por estado:

Bancadas	Nomes	Total de PLs	PLs Observados	% Observados
Rio de Janeiro	ALFREDO SIRKIS - PV/RJ	76	72	95%
	DR. ALUIZIO - PV/RJ			
	EURICO JÚNIOR - PV/RJ			
	FERNANDO GABEIRA - PV/RJ			
São Paulo	CHICO SARDELLI - PV/SP	316	270	85%
	CLOVIS VOLPI - PV/SP ¹			
	DR. TALMIR - PV/SP			
	JOSÉ PAULO TÓFFANO - PV/SP			
	JOVINO CÂNDIDO - PV/SP			
	MARCELO ORTIZ - PV/SP			
	PENNA - PV/SP			
	ROBERTO DE LUCENA - PV/SP			
ROBERTO SANTIAGO - PV/SP				
Bahia	EDIGAR MÃO BRANCA - PV/BA	92	88	96%
	EDSON DUARTE - PV/BA			
	LUIZ BASSUMA - PV/BA			
Minas Gerais	ANTÔNIO ROBERTO - PV/MG	150	134	89%
	CIRO PEDROSA - PV/MG			
	FÁBIO RAMALHO - PV/MG			
	JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA - PV/MG			
	LEONARDO MATTOS - PV/MG			
	VITTORIO MEDIOLI - PV/MG			
Rio Grande do Norte	PAULO WAGNER - PV/RN	38	35	92%
	PAULO DAVIM - PV/RN			
Paraná	ROSANE FERREIRA - PV/PR	21	21	100%
Acre	HENRIQUE AFONSO - PV/AC	10	8	80%
	MARINA SILVA - PV/AC			
Rondonia	LINDOMAR GARÇON - PV/RO	25	22	88%
Maranhão	SARNEY FILHO - PV/MA	43	40	93%

APÊNDICE IV

A seguir são apresentados as Coligações firmadas pelo PV para pleitos de Deputado Federal nas diferentes Unidades da Federação, no ano de 2002.

UF	2002
Acre (AC)	PT / PV / PT do B / PMN / PC do B / PL / PSDC
Alagoas (AL)	PSB / PAN / PSC / PHS / PST / PTC / PSDC / PV / PRP / PRONA / PGT / PSL
Amazonas (AM)	PT / PL / PC do B / PMN / PCB / PSC / PHS / PST / PV / PRONA
Amapá (AP)	PSB / PTC / PPB / PV
Bahia (BA)	PT / PC do B / PV / PMN
Ceará (CE)	PSDB / PPB / PSD / PV
Distrito Federal (DF)	Não identificado
Espírito Santo (ES)	PSB / PSD / PSC / PRONA / PT do B / PV / PAN / PSL / PHS
Goiás (GO)	Não identificado
Maranhão (MA)	PFL / PST / PSDC / PSC / PMDB / PSD / PV
Minas Gerais (MG)	PV / PTN / PRTB / PHS
Mato Grosso (MT)	PPB / PTN / PSC / PPS / PFL / PAN / PSDC / PRTB / PSD / PV / PRP / PT do B
Mato Grosso do Sul (MS)	Não identificado
Pará (PA)	PST / PSDC / PRTB / PSD / PV / PRP / PRONA / PT do B
Paraíba (PB)	PSDB / PFL / PST / PSD / PV / PRTB
Paraná (PR)	PPS / PV
Pernambuco (PE)	PV / PSD
Piauí (PI)	PV / PSD / PSC / PTC / PGT
Rio de Janeiro (RJ)	
Rio Grande do Norte (RN)	PTB / PFL / PV / PPS / PSL
Rio Grande do Sul (RS)	Não identificado
Rondônia (RO)	PSDB / PSDC / PV / PRP / PHS
Roraima (RR)	Não identificado
Santa Catarina (SC)	PPS / PV / PSDC
São Paulo (SP)	
Sergipe (SE)	PMDB / PTN / PV / PSDB
Tocantins (TO)	Não identificado

APÊNDICE V

A seguir são apresentados as Coligações firmadas pelo PV para pleitos de Deputado Federal nas diferentes Unidades da Federação, no ano de 2006.

UF	2006
Acre (AC)	PTN / PV / PRP / PT do B
Alagoas (AL)	PP / PTB / PFL / PMN / PV
Amazonas (AM)	
Amapá (AP)	PP / PDT / PSC / PV / PRONA
Bahia (BA)	PMDB / PPS / PSB / PV
Ceará (CE)	PHS / PMN / PV / PC do B
Distrito Federal (DF)	PT / PV / PC do B / PSB / PRTB / PRB
Espírito Santo (ES)	PRB / PT / PSC / PL / PMN / PSB / PV / PC do B
Goiás (GO)	PP / PTB / PTN / PL / PPS / PAN / PRTB / PHS / PMN / PV / PRP / PSDB / PT do B
Maranhão (MA)	PP / PTB / PMDB / PTN / PSC / PL / PFL / PV
Minas Gerais (MG)	
Mato Grosso (MT)	PTN / PPS / PAN / PRTB / PMN / PTC / PSB / PV
Mato Grosso do Sul (MS)	
Pará (PA)	PAN / PRTB / PHS / PTC / PV / PRP / PRONA / PT do B
Paraíba (PB)	PDT / PSC / PPS / PRTB / PHS / PV
Paraná (PR)	
Pernambuco (PE)	PRTB / PV
Piauí (PI)	PPS / PV / PSDB / PT do B
Rio de Janeiro (RJ)	PPS / PV
Rio Grande do Norte (RN)	PV / PSDB
Rio Grande do Sul (RS)	
Rondônia (RO)	PTN / PPS / PFL / PAN / PV / PRONA
Roraima (RR)	PRB / PT / PMDB / PSC / PPS / PMN / PTC / PSB / PV / PC do B
Santa Catarina (SC)	PP / PMN / PV / PRONA
São Paulo (SP)	
Sergipe (SE)	PP / PTN / PSC / PPS / PFL / PAN / PHS / PV / PSDB / PT do B
Tocantins (TO)	PP / PTB / PSC / PL / PSB / PV / PSDB / PT do B

APÊNDICE VI

A seguir são apresentados as Coligações firmadas pelo PV para pleitos de Deputado Federal nas diferentes Unidades da Federação, no ano de 2010.

UF	2010
Acre (AC)	PRB / PP / PDT / PT / PTB / PTN / PR / PSDC / PHS / PTC / PSB / PV / PRP / PC do B
Alagoas (AL)	PTN / PRTB / PV
Amazonas (AM)	PMDB / PTN / PSC / PPS / PV / PSDB
Amapá (AP)	PPS / PV / PSDB
Bahia (BA)	
Ceará (CE)	
Distrito Federal (DF)	
Espírito Santo (ES)	PRB / PP / PDT / PSC / PR / PHS / PV / PC do B
Goiás (GO)	PP / PDT / PTN / PSC / PR / PSDC / PSB / PV / PRP
Maranhão (MA)	PRB / PP / PT / PTB / PMDB / PSC / PR / DEM / PV
Minas Gerais (MG)	
Mato Grosso (MT)	PDT / PPS / PSB / PV
Mato Grosso do Sul (MS)	PP / PDT / PT / PSL / PSC / PSDC / PV / PRP / PC do B
Pará (PA)	PRB / PDT / PSB / PV / PC do B
Paraíba (PB)	PDT / PTN / PPS / DEM / PTC / PSB / PV / PRP / PSDB
Paraná (PR)	
Pernambuco (PE)	
Piauí (PI)	
Rio de Janeiro (RJ)	
Rio Grande do Norte (RN)	PMDB / PR / PV
Rio Grande do Sul (RS)	
Rondônia (RO)	PP / PTB / PSL / PTN / PPS / PSDC / PHS / PMN / PV / PRP
Roraima (RR)	PRB / PDT / PSL / PSDC / PRTB / PMN / PV / PRP / PC do B
Santa Catarina (SC)	
São Paulo (SP)	
Sergipe (SE)	PV / PSDB
Tocantins (TO)	PRB / PTB / PTN / PSC / PR / DEM / PRTB / PMN / PV / PSDB

APÊNDICE VII

A seguir são apresentados as Coligações firmadas pelo PV para pleitos de Deputado Federal nas diferentes Unidades da Federação, no ano de 2014.

UF	2014
Acre (AC)	DEM / PV / PMN
Alagoas (AL)	PDT / PSC / PMDB / PV / PTB / PSD / PT do B / PROS / PC do B / PT / PHS
Amazonas (AM)	PROS / DEM / PSDB / PR / PTN / PSC / PT do B / PTC / PRTB / PEN / PV / PHS / PSL / PSD / SD
Amapá (AP)	PR / PRB / PHS / PROS / PSDC / PEN / PV / PT do B
Bahia (BA)	PPS / PSDC / PTC / PV / PRP / PT do B
Ceará (CE)	PTC / PEN / PT do B / PRTB / PMN / PPL / PV
Distrito Federal (DF)	PMDB / PT do B / PRP / PHS / PEN / PV / PTN / PPL / PSL / PTC
Espírito Santo (ES)	PRB / PP / PTB / PHS / PPS / PSD / PV
Goiás (GO)	
Maranhão (MA)	PMDB / DEM / PTB / PV / PRB / PR
Minas Gerais (MG)	PPS / PV / PDT
Mato Grosso (MT)	PRP / PSDC / PV
Mato Grosso do Sul (MS)	PRP / PSL / PPL / PV
Pará (PA)	
Paraíba (PB)	PSB / DEM / PRTB / PDT / PRP / PV / PT / PSL / PC do B / PHS / PPL
Paraná (PR)	PV / PPL
Pernambuco (PE)	PSB / PMDB / PC do B / PV / PR / PSD / PPS / PSDB / SD / PPL / DEM / PROS / PP / PEN / PTC
Piauí (PI)	PV / PSL / PMN / PEN
Rio de Janeiro (RJ)	
Rio Grande do Norte (RN)	PMDB / PR / PSB / PROS / PDT / SD / PSC / DEM / PV / PMN / PRP / PSDB / PSDC / PRB
Rio Grande do Sul (RS)	PDT / PSC / PV / PEN / DEM
Rondônia (RO)	PP / PR / PPS / PTC / PV / PROS
Roraima (RR)	PT / PDT / PV / PTC / PC do B
Santa Catarina (SC)	PSD / PC do B / PV / PMDB / PR / PTB / PSC / PSDC / PROS / PRB / PDT / DEM
São Paulo (SP)	
Sergipe (SE)	PP / PTB / PSL / PSC / PR / PPS / DEM / PHS / PTC / PV / PSDB / PEN / PT do B / SD
Tocantins (TO)	PMDB / PV / PT / PSD

APÊNDICE VIII

Abaixo, tabela com informações da quantidade de projetos identificados por grupo temático de código, utilizada para criar Gráfico 2 (análises).

Nº	Assunto	Identificados	%
1	Princípios Democráticos	11	2%
2	Economia Verde Para Uma Vida Melhor	247	34%
3	Educação para a Cidadania e o Ecodesenvolvimento	159	22%
4	Cultura e Comunicação	206	28%
5	Ecologia Urbana, o Desafio das Cidades	330	45%
6	Saúde	219	30%
7	Reprodução Humana e Cidadania Feminina	31	4%
8	Justiça e Segurança	182	25%
9	Defesa Nacional	33	5%
10	Energia	124	17%
11	Política Nacional de Meio Ambiente e Grandes Ecossistemas	167	23%
12	Política Externa Planetária	124	17%

A seguir, tabela com informações da quantidade de projetos identificados por ano, utilizada para criar Gráfico 4 (análises).

Ano	Total Apresentado	Identificados	Porcentagem
1995	3	2	67%
1996	6	6	100%
1997	3	3	100%
1998	0	0	0%
1999	5	5	100%
2000	2	2	100%
2001	2	2	100%
2002	0	0	0%
2003	41	37	90%
2004	30	30	100%
2005	24	19	79%
2006	26	21	81%
2007	98	92	94%
2008	80	68	85%
2009	95	82	86%
2010	70	59	84%
2011	122	110	90%
2012	63	56	89%
2013	46	43	93%
2014	16	16	100%
2015	12	12	100%

